

# SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

27 e 28 de Março de 2003 - Barbosa S.P.

## PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO BAIXO TIETÊ



## **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Realizado em 27 e 28 de março de 2003 no Anfiteatro do Hotel Buget In -  
Barbosa SP**

Evento idealizado pela Câmara Técnica de Turismo e Educação Ambiental do  
CBH-BT, realizado pelo DAEP - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de  
Penápolis e financiado pelo FEHIDRO,

Empresa coordenadora dos trabalhos:  
Métodos Consultoria e Projetos S.C. Ltda

**Maria de Lourdes Marques Mello** - Prefeita de Valparaíso - Presidente do  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê

**Luís Otávio Manfré** - Secretário Executivo do CBH-BT

**Edson Bilche Giroto** - Diretor Presidente do DAEP

**Vera Lúcia Mendonça** - Diretora Administrativa do DAEP

Equipe da Métodos Consultoria e Projetos SC Ltda.

**Rosangela Vecchia**  
**Carlos Alberto Bachiega**  
**Ana Maria Veroneze**  
**Anísio Ghira da Costa**

## INTRODUÇÃO

---

O presente PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL é fruto do Seminário realizado nos dias 27 e 28 de Março de 2003, na cidade de Barbosa. O evento teve a participação dos principais elementos ligados à educação ambiental na Bacia do Baixo Tietê, seja da sociedade civil ou de órgãos governamentais (lista dos participantes em anexo).

Para melhor compreensão do processo de construção do Plano cabe esclarecer alguns conceitos de planejamento, estratégia, e metodologia utilizada pela equipe que coordenou os trabalhos.

### **O que é Planejamento?**

Planejamento é a definição de um futuro desejado e de meios eficazes de alcançá-lo. É um processo que envolve tomada e avaliação de decisões em um conjunto de decisões inter-relacionadas, para assegurar que seja atingida uma situação futura desejada. É um processo lógico, sistêmico e interativo.

O Planejamento não deve ser confundido com:

! *Previsão*: Esforço para verificar quais serão os eventos que poderão, ocorrer com base em uma série de probabilidades;

! *Projeção*: Quando o futuro tende a ser igual ao passado;

! *Predição*: Quando o futuro tende a ser diferente do passado, mas a instituição não tem controle sobre o mesmo.

! *Resolução*: Correção imediata de problemas de descontinuidade e desajustes entre a instituição e o ambiente externo.

! *Plano*: Corresponde a um documento formal que consolida as informações e atividades, que é uma visão estática do planejamento.

Para se implementar o Planejamento deve-se responder questões importantes, como:

! Dá para fazer?

! Vale a pena fazer?

! Como fazer bem?

! Quem vai fazer?

! Quanto tempo vai durar (e quanto tempo se dispõe)?

! Quanto irá custar?

Os principais benefícios do Planejamento são:

- ! Utilizar recursos de forma eficaz e eficiente;
- ! Aumentar conhecimento sobre os sistemas envolvidos, principalmente pelo reconhecimento dos pontos fortes e fracos relacionados ao tema;
- ! Facilitar a percepção de novas oportunidades / riscos e aumentar a sensibilidade da organização e de seus gestores frente a problemas futuros;
- ! Criar um espírito de colaboração e comprometimento com o sistema, tanto em relação ao dirigente principal como também junto aos funcionários/parceiros envolvidos;
- ! Determinar tarefas e prazos com responsabilidade definida, viabilizando o controle do processo e do andamento dos processos;
- ! Pode, ainda, ser utilizado como suporte para conseguir credibilidade, apoio, subvenções e recursos financeiros.

Trata-se de atividade necessária e freqüente tanto na área pública, como na arena privada, mormente, em ambientes complexos e sistêmicos.

### **O que é Estratégia?**

*A palavra estratégia vem do grego e significa literalmente a arte da liderança*

Nesse sentido, estratégias são regras e diretrizes para decisão, que orientam o processo de desenvolvimento de uma organização.

De modo geral, a estratégia mostra como uma organização utiliza os seus pontos fortes (existentes e potenciais), para alcançar seus objetivos, levando em conta mudanças do meio.

### **O que é Planejamento Estratégico?**

O Planejamento Estratégico é um processo contínuo e sistemático de pensamento sobre o futuro, visando a determinação de estados futuros desejados e a avaliação de cursos de ação alternativos a serem seguidos.

O Planejamento Estratégico deve ser uma “obra aberta que se fecha com a ação”, abrangendo todo o espectro organizacional, da visão estratégica (missão, visão e objetivos) até a supervisão e o controle da ação.

O Planejamento Estratégico, consiste em integrar e tornar coerentes com a grande estratégia de organização suas decisões e ações em qualquer nível.

Um fator crítico para o sucesso do Planejamento Estratégico é o compartilhamento de valores e de desafios. A busca dos resultados desejados, o compartilhamento dos valores institucionais, o compromisso com o aperfeiçoamento contínuo são objetos de interesse do planejamento estratégico. No entanto, sua concretização depende do compromisso das pessoas com esses valores e desafios e isso não acontece porque alguém manda, mas porque as pessoas assim o desejam.

Por fim, é importante observar a estreita relação entre estratégia e plano. O planejamento é estratégico quando os planos (definições normativas de ações), relacionam suas ações com uma estratégia consistente, que permita por meio de exercícios de possibilidades fazer com que a organização atinja o futuro que deseja, apesar da incerteza.

Para isso é preciso:

! abandonar o planejamento ocasional e adotar o planejamento como um exercício contínuo e sistemático;

! estabelecer cenários alternativos ao invés de trabalhar com futuro único;

! avaliar constantemente ameaças e oportunidades;

! desenvolver análise quantitativa e qualitativa dos ambientes interno e externo;

! analisar permanentemente a consistência entre plano e ação e avaliar resultados.

### **Metodologia utilizada**

Os métodos utilizados no presente trabalho foram de planejamento estratégico participativo, onde os participantes, em intensos trabalhos de grupos e nos debates em plenária, formularam um Plano de Ação para a Educação Ambiental no Comitê da Bacia do Baixo Tietê.

Na primeira etapa dos trabalhos elaborou-se o diagnóstico situacional, usando a técnica do “SWOT”, onde pudemos apontar os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Riscos e Oportunidades.

Na segunda etapa trabalhamos com o instrumento do “Marco Lógico”, que auxilia a comunicação e a integração de pessoas na difícil tarefa de traçar objetivos, identificando lacunas nas ações. Sua rígida metodologia obriga os participantes a

encontrarem uma linguagem comum, baseada em objetivos e compartilhadas de forma a garantir o êxito do projeto.

Assim aliamos técnicas utilizadas por empresas privadas como o SWOT e técnicas de planejamento de políticas públicas e ações de interesse coletivo, como o Marco Lógico criado e difundido pela ONU para a elaboração de projetos sociais.

## **O CENÁRIO ATUAL DA BACIA DO BAIXO TIETÊ**

---

Os trabalhos foram abertos pelo Engenheiro Luís Otávio Manfré, Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê que esclareceu o propósito do Seminário como sendo o de estabelecer critérios e diretrizes para a preservação ambiental no território da Bacia, de modo a fixar um Plano educacional de uso dos recursos hídricos frente à população.

Segundo o Engenheiro Manfré a grande expectativa quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos nos próximos dois dias é de que haja de fato uma mobilização por parte da sociedade civil ali representada em estruturar e desenvolver um Plano de Ação efetivo para a Bacia no que diz respeito ao uso da água pela população.

Dada a necessidade premente do uso dos recursos hídricos e, ademais, vislumbrando sua futura escassez na natureza, a organização das pessoas envolvidas com temas ambientais torna-se de extrema importância, a fim de propor um debate coletivo de mobilização social para a proteção hídrica.

Vários trabalhos têm sido desenvolvidos nos demais Comitês de Bacia envolvidos com a preservação ambiental no Estado de São Paulo, faz-se importante deflagrar em nossa região iniciativas que ajudem a sedimentar uma ação coletiva para a melhoria da qualidade de vida da nossa comunidade.

Os Comitês foram criados por uma Lei Estadual de 1991, em consonância com a Política Estadual de Recursos Hídricos. Há também uma Lei Federal com texto semelhante a Lei Estadual onde estão estabelecidos os seguintes princípios:

- a unidade administrativa de preservação dos Recursos Hídricos vai ser a Bacia Hidrográfica.
- a água, desde a Constituição de 1988, é um bem econômico, tem valor e este valor será cobrado.
- o uso da água vai ser cobrado para que seu uso seja feito de forma racional.

- a forma como vai se cobrar e quanto vai se cobrar é assunto a ser estabelecido pelo Comitê de Bacia.

- os Comitês terão como suas principais atribuições determinar o valor do uso da água e preservar a água para gerações futuras.

- os Comitês são também responsáveis pelo controle da erosão e pela preservação daquilo que já foi conseguido.

Há propostas de que o custo do uso da água impactaria em um percentual de 8% no total da conta de água do consumidor final. O Governo Federal ainda estuda a implantação desses montantes. Assim, de uma conta de R\$ 30,00 seria recolhido R\$ 2,40 para o Comitê. O dinheiro, recolhido ao FEHIDRO, Fundo Estadual de Recursos Hídricos, ficará integralmente para a Bacia e os municípios que geraram o recurso. O que nós pagamos hoje como conta de água é apenas o serviço de coleta, tratamento, distribuição da água. O que passaremos a pagar é o uso da água. O Comitê da Bacia decidirá como o dinheiro deverá ser empregado. A água, portanto, é de uso do bem comum, que é de domínio público, que deve ser cobrado, principalmente, por quem polui as águas superficiais e subterrâneas e o ambiente.

O CBH do Baixo Tietê, é um dos 22 (vinte e dois) Comitês de Bacia Hidrográficas do Estado de São Paulo e foi o primeiro a ser criado por iniciativa dos governos e da sociedade civil. Sua criação foi feita em agosto de 1994 e compreende 42 (quarenta e dois) municípios e cerca de 700 mil pessoas.

A elaboração de um Plano de Ação para a Educação Ambiental visa traçar horizontes de uma política ambiental que desejamos para nossas comunidades. As decisões tomadas durante os trabalhos serão levadas à Assembléia para votação. Temos liberdade nas nossas proposições lembrando que o papel do Comitê é preservar o seu potencial hídrico e seu ambiente, usando como ferramenta à educação ambiental.

Hoje, 92% do lixo da Bacia está acomodado de maneira própria e segura. Temos ainda necessidade de propor novas legislações municipais que vão contemplar a ocupação das margens dos reservatórios nos respectivos municípios. O Comitê já investiu de 10 a 12 milhões de reais na Bacia. Temos 85% do esgoto tratado nos municípios do Baixo Tietê.

A educação ambiental tem uma função estrutural e é a que mais funciona nas ações de preservação e, por isso, devem ser incentivadas.

As Curadorias do Meio Ambiente e as Câmaras de Vereadores têm ficado ausentes quando ao que se espera de órgãos fiscalizadores do processo

ambientais. Nosso Comitê tem se ressentido do pouco envolvimento com a sociedade civil.

O Comitê é formado por 15 membros titulares, com direito a voto. O Comitê não aceita pessoa física, cada membro representa um órgão ou uma entidade. No dia 26 de março de 2003, em assembléia geral, foi eleita a Prefeita Maria de Lourdes, de Valparaíso, para a presidência do Comitê no biênio 2003/2004, em substituição ao Prefeito de Mirandópolis, Jorge Maluly Filho que ficou durante 4 anos na presidência. Compõe a estrutura do Comitê, as Câmaras Técnicas, que analisam projetos, emitem pareceres recomendando que o projeto seja ou não financiado. Todos os financiamentos do Comitê são de recursos a fundo perdido.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

---

Para dar continuidade aos trabalhos foram apresentados dois textos de referência que seguem como anexo do presente documento:

- " Carta de Belgrado
- " Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global – Rio 92.

Em seguida o Arquiteto Carlos Alberto Bachiega apresentou os tópicos que se seguem:

A natureza não é mais um todo em equilíbrio, mas, um conjunto de recursos disponíveis, capazes de serem transformados em bens consumíveis pelos homens. A preocupação ambiental passou a tomar conta da sociedade nas últimas décadas como resultado de uma maior consciência de que natureza é um todo em equilíbrio e não apenas um conjunto de recursos a serem usados como bens consumíveis. O modelo econômico provoca o distanciamento do homem com a natureza.

Os recursos naturais são finitos e insuficientes para alimentarem as crescentes demandas de consumo. A preocupação com a natureza e educação ambiental aumenta à medida que o homem vai identificando que os recursos naturais são finitos e insuficientes para a alimentar a crescente demanda de consumo.

O bem estar sedutor e ilusório do consumo só é vivido por uma pequena parcela da população humana, a maioria luta apenas para sobreviver. Nós do Comitê da Bacia temos como missão ajudar a preservar o ambiente para que a qualidade de vida esteja à disposição de toda a população dos nossos municípios.



A geração atual já sofre os graves problemas ambientais causados pelo modelo econômico adotado mundialmente. A nossa preocupação não pode ser apenas preservar para as gerações futuras, temos que superar problemas que já afligem a nossa geração.

O ser humano é uma espécie que depende do todo para sua sobrevivência. E somos também, a única espécie que pode interferir na questão ambiental seja para o mal, seja para o bem.

O que é Educação Ambiental?

! uma nova forma de encarar o papel do ser humano no mundo;

! é a preparação de pessoas para sua vida enquanto membros da biosfera;

! é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade;

! significa aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico – sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos e os processos naturais ou artificiais que o causam e que sugerem ações para saná-lo, ou seja, aprender ver o quadro global que cerca um problema específico, e os processos naturais ou artificiais que o causam, e procurar saná-los.

! aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre os homens e o ambiente, de modo integrado e sustentável;

! aprender e empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas para chegar a um ponto de equilíbrio.

! uma educação para a resolução de problemas, a partir das bases filosóficas do holismo, da sustentabilidade e do aprimoramento. A educação ambiental para a resolução de problemas, tem como base filosófica o holismo, partindo do todo e não isoladamente. Resolver de forma global, com sustentabilidade e aprimoramento.

! a sua meta é a resolução de problemas de modo global, permanente, de forma a encontrar soluções melhores. O fato como é e o que deveria ser, encontrar soluções possíveis para os problemas. Conhecer a realidade, o que se deseja; escolher a melhor solução e implementar e avaliar se o problema ainda permanece existindo ou se foi superado.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

---

As atividades de Planejamento tiveram início com a leitura do texto de Amyr Klink, em seu livro *Cem dias entre céu e mar*, onde de forma muito interessante o autor acaba descrevendo o que vem a ser uma atividade de planejamento:

“Estava finalmente a mais de duzentas milhas da costa mais próxima e já começava a pensar no futuro, numa distante ilha chamada Santa Helena, pelo menos um mês à minha frente.

À medida que ganhava distância da África, aumentava minha confiança no barco e a certeza de que um dia deixaria para trás a ilha onde Napoleão perdeu sua última batalha. Que grande dia seria este! Que significativa vitória para mim! Eu teria, então, provado que meus planos estavam certos e que a mais importante chave para o êxito da travessia estava há muito em minhas mãos: a rota.

Numa faixa larga, traçada dois anos antes e pintada de vermelho, estava a minha segurança – a certeza de que o projeto era viável. Passando em suave curva entre as ilhas oceânicas de Ascensão e Santa Helena, e ligando a costa da Namíbia ao litoral baiano, esta faixa indicava os limites de navegação em que deveria manter-me. Apesar da predominância de ventos de sul e da forte tendência de deriva para o norte, o esforço que eu fazia para me manter dentro da rota prevista era menor do que o trabalho que tivera, ainda em terra, para definir a trajetória ideal.

Dois anos de estudo foram consumidos nesta operação, em que não faltaram discussões apimentadas e dúvidas perturbadoras.

A viagem de veleiro para Caiena fazia parte deste trabalho. As intermináveis investigações em bibliotecas e tratados de navegação também. Mas o maior problema talvez tenha sido a escassez de dados e informações a respeito do assunto. Baseei-me sobretudo nas Pitot Charts inglesas e americanas e em outros estudos sobre correntes e ventos do Atlântico Sul fornecidos pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Marinha (DHN).

No mar, o menor caminho entre dois pontos não é necessariamente o mais curto, mas aquele que conta com o máximo de condições favoráveis. Assim mesmo um poderoso superpetroleiro é obrigado, às vezes, a desviar do seu caminho para ganhar, em tempo e segurança, o que perde em distância. No meu caso, tendo como única propulsão um par de

remos, o estudo de regime de ventos e correntes passava a ser fundamental.

É impossível remar vinte e quatro horas por dia. Assim, enquanto estivesse dormindo e o barco ficasse à deriva, era importante contar com correntes, se não favoráveis, pelo menos que não me viessem pelo nariz, roubando durante a noite o que eu ganhava, com muito esforço, de dia.

Esse estudo descartou, por exemplo, a hipótese de cruzar o Atlântico, de Serra Leoa ao cabo Calcanhar, no Rio Grande do Norte, num percurso de apenas 1.500 milhas náuticas (contra as 3.700 do meu percurso) por uma região quente e relativamente tranqüila.

A minha rota, longa, fria e tempestuosa, contava, no entanto, com correntes favoráveis na quase totalidade do trajeto e com a preciosa regularidade dos alísios de sudeste que unem o sul da África ao nordeste brasileiro. Caminho difícil e longo, mas o único possível para um barquinho a remo.

Para atravessar o mau tempo e as depressões do caminho mais longo bastaria um barco forte e bem estudado; mas, para vencer com os braços o fluxo contrário do caminho mais curto, nem toda a disposição do mundo seria suficiente.

Como os antigos navegadores que, com suas velas quadradas, não podiam vencer ventos e correntes contrários e eram obrigados a aceitar os rumos ditados pelo vento, eu me valeria, não da força para ir contra as correntes, mas da astúcia em saber acompanhá-las. Por esta razão, seria necessário um especial cuidado em respeitar os limites da faixa ideal de navegação que eu traçara”.

**( Amyr Klink, em *Cem dias entre céu e mar*. Rio de Janeiro; José Olympio, 1985).**

## **DIAGNÓSTICO SITUACIONAL**

---

Usando da técnica do SWOT, a administradora pública Rosângela Vecchia deu início os trabalhos em grupo para a elaboração do diagnóstico situacional. A Educação Ambiental como foi apresentado é um conceito amplo, vamos iniciar a difícil tarefa de planejar a ação do Comitê em relação a educação ambiental. Vamos traçar um caminho, um roteiro que vamos seguir nos próximos anos. Um bom planejamento, feito com critério, orienta a todos numa mesma direção. A primeira

etapa de construção de um diagnóstico situacional tem por objetivo não apenas conhecer a realidade, mas, também socializar informações, criar uma linguagem única entre os membros do grupo, posicionar a todos quanto ao objeto do que se vai planejar.

Os participantes foram divididos em 5 grupos com a finalidade de identificar na atual situação do Comitê e da Educação Ambiental na Região o que são nossos **Pontos Fortes**, positivos e o que são nossos **Pontos Fracos**, negativos. Apresentado os resultados de consenso, passamos a olhar para o contexto ao nosso redor identificando quais os **Riscos**, ameaças que vislumbramos e quais as **Oportunidades** conseguimos apontar. E mais uma vez trabalhamos em torno dos consenso.

O resultado final pode assim ser sintetizado:

### **PONTOS FORTES:**

! a própria existência do CBH-BT criado com legislação específica que reflete as peculiaridades da nossa região. Esse é um aspecto inovador. Sua estrutura tripartite cria possibilidade de articulação entre o poder público e a sociedade civil, num tema da complexidade como o dos recursos hídricos. O Comitê é um Parlamento das Águas na região.

! a estrutura do CBH-BT é um ponto forte. O Comitê foi fundado com uma estrutura mínima de organização, formou núcleos de trabalho voltados à educação ambiental, através de legislação própria.

! a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental é estrutura definida para esse fim e um aspecto extremamente positivo para a educação ambiental da região.

! as Câmaras Técnicas articuladas atuando para o fortalecimento do debate ambiental. A capacidade de avaliar os temas propostos correlacionados à área ambiental, analisar e aprovar projetos é ponto forte

! capacidade para construir e executar um plano compartilhado de educação ambiental.

! possui recursos financeiros próprios. Recursos que atraem os Prefeitos que começam a participar da problemática da Bacia e dos projetos propostos pelo Comitê.

! possui critérios para a distribuição de recursos em seus projetos. É o único local, próximo dos municípios, onde existem recursos disponíveis para projetos, basta apresentá-los para serem submetidos aos critérios das Câmaras Técnicas. Há uma disposição para dar suporte às novas ações.

! o CBH-BT é um órgão aberto p/ receber propostas, porém, implementa critérios para acesso . É aberto mas existem critérios, o que é correto na visão dos participantes. Pessoa física não participa do Comitê, somente entidades, associações, prefeituras e órgãos do Estado

! a existência de critérios na distribuição dos recursos fez com que os investimentos do Comitê equacionassem o esgoto através de tratamento, a coleta seletiva de lixo, os aterros sanitários, etc. Todas ações estabelecidas como prioritárias para a preservação dos Recursos Hídricos da Bacia. O Comitê sempre teve critérios, portanto, os recursos vêm sendo distribuídos segundo esses critérios. É um fator positivo.

! a não interferência política dos Prefeitos na distribuição dos recursos. Os projetos quando são apresentados, passam pelas Câmaras Técnicas, se não forem viáveis, não serão aprovados. A primeira triagem a técnica. O organismo final que decide, a Assembléia, representa um conjunto das forças políticas, fórum maior do que apenas a interferência de um ou outro Prefeito, ou de um ou outro grupo político partidário.

! ter conseguido implantar o saneamento em todos os municípios da Bacia.

! pode ser um articulador de parcerias entre sociedade civil, prefeituras e órgãos estatais. A forma como está estruturado já facilita um trabalho de parceria criando uma rede de atuação. É potencial a ser aproveitado.

! estabelecimento da educação ambiental como prioridade; O fato do comitê ter estabelecido educação ambiental como prioridade é ponto forte, fortifica e vai trabalhando outras prioridades. Visão coloca na pauta do comitê a prioridade em educação ambiental.

! as experiências positivas foram mantidas pelo CBH-BT, essa manutenção da estrutura possibilitou que o trabalho na área ambiental, ainda que com recursos escassos se transformassem em experiências positivas.

! a realização do presente seminário abre espaço p/ a educação ambiental no CBH-BT. Abre a possibilidade de propor-se futuras ações coletivas para fomentar a discussão sobre o meio ambiente. Muitas pessoas envolvidas com a questão ambiental desconhecem os objetivos do Comitê e o seu potencial para trabalhar na região da Bacia Hidrográfica. A realização do seminário e a continuidade do projeto de educação ambiental, abre espaço para o próprio comitê na sociedade.

! existência de potenciais profissionais na região voltados à área de educação ambiental, fazendo-se por necessário, contudo, sua capacitação pedagógica específica para o trabalho com a coletividade. A região tem um potencial de profissionais que precisam ser capacitados para o trabalho em educação ambiental. Falta preparo pedagógico, precisamos aproveitar o potencial existente e investir na capacitação desses profissionais.

! a abundância de água de ótima qualidade existente na região é ponto forte. Qualidade e quantidade da água são importantes atributos de nossa Bacia

! existência do Banco de Dados de Turismo e Educação Ambiental a existência do Banco com seus equipamentos e toda a estrutura montada com os recursos do Comitê são em um fato positivo. A operacionalização do Banco de dados não é considerado ponto forte, apenas a sua existência enquanto um potencial a ser definitivamente colocado a disposição dos objetivos que legitimaram a liberação dos recursos.

! possuir atividades desenvolvidas de forma independente. Cada um realiza pode realizar seu trabalho de forma independente, sem que se criem barreiras e limitação.

Falta um trabalho compartilhado, porém, essa autonomia foi avaliada por todos como responsável por uma dinâmica que caracteriza as ações do Comitê.

! existência de um núcleo regional de educação ambiental que vem funcionando de forma a tender os objetivos de sua criação. É fato que tem dado visibilidade para o trabalho de educação ambiental. Penápolis é o único município que dispõe, nos moldes da Legislação Estadual, um Núcleo de Educação Ambiental ligado ao CEAM – Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado. O CEA - Centro de Educação Ambiental é modelo para a Bacia.

! ação do Comitê tem estimulado a criação de COMDEMAS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Meio Ambiente). O Comitê da Bacia levou uma preocupação às prefeituras que criaram órgãos para cuidar do meio ambiente.

! o CBH -BT tem estimulado e ressaltado a importância de estruturas organizacionais nas Prefeituras Municipais voltadas para os temas do meio ambiente, órgãos executores da política municipal de meio ambiente.

! o CBH – BT abriu espaço para a criação e estimulou as ações das várias ONGs ambientais na Bacia. O Comitê da Bacia estimulou a ampliação desse tipo de organização.

! há um reconhecimento da atuação e da força do Comitê nas questões ambientais. É um consenso daqueles que conhecem e o CBH- BT do poder de sua atuação e da sua força nas ações.

#### **PONTOS FRACOS:**

! falta um plano de educação ambiental para a Bacia que determine diretrizes para orientar projetos. Urgente se faz a criação de um plano de forma a não perder tudo que já foi feito.

! falta diagnóstico da Bacia, um levantamento de tudo o que está sendo feito e do que deve ser feito no território da Bacia. Mesmo tendo produzido o Relatório Zero,

temos muito que avançar para conhecer a realidade da Bacia e, assim, estabelecer um Plano de Ação.

! falta funcionamento do Banco de Dados de Turismo e Meio Ambiente, criado com recursos do Comitê e hoje pertencente a ALTI – Associação de Amigos do Lago Três Irmão, que não executa com eficiência e eficácia as produção e gestão das informações sobre a Bacia. Não funciona a contento.

! falta de divulgação dos critérios na distribuição de recursos e dificuldade de avaliação dos projetos aprovados. A Prefeitura e as ONGs que participam do Comitê não passam para a sociedade a forma como funciona a distribuição de recursos. A população não tem acesso a essas informações como deveriam. A falta de um sistema eficiente de comunicação com a sociedade fazem com que as informações não cheguem até a população. O Comitê divulga e as Prefeituras não repassam as informações.

! a presença de rígidos critérios para o financiamento de projetos de educação ambiental afastam muitas iniciativas e acaba faltando financiamento para esses projetos

! a aprovação de projetos fora do contexto global da bacia. A inexistência do Plano da Bacia, aliada a inúmeras barreiras para financiar projetos de educação ambiental faz com que sejam aprovados projetos fora do contexto da Bacia. Projetos de organizações que atuam fora do território da Bacia.

! a aprovação de projetos com recursos do CBH-BT para municípios que não atuam em educação ambiental. O CBH-BT deveria vincular a aprovação de projetos e recursos somente para municípios que atuam preservando seus recursos, com consciência ambiental. Deveria haver uma vinculação, os critérios de aprovação de projetos deveriam forçar a atuação dos poderes públicos municipais a implantarem instrumentos de políticas públicas que levassem em conta a educação ambiental. Só receberiam recursos aqueles municípios comprometidos com a preservação dos recursos hídricos da Bacia.



! falta fiscalização do que se determina como prioridade. Estabelecemos prioridades e não cumprimos as prioridades dentro dos projetos, na hora da execução. Não temos critérios para verificar se o projeto é prioritário para o município a ponto de receber os recursos do Comitê. Temos dificuldade de conhecer as prioridades no contexto das realidades municipais. Financiamos o que o município pede e não o que precisa do ponto de vista das prioridades da Bacia. Essa é uma questão relacionada à determinação dos critérios. Rever os critérios de distribuição dos recursos, criar critérios de avaliação do projeto de forma mais ampla no contexto do município, fiscalizar a avaliação de prioridade dos projetos. No momento da aprovação do projeto não se percebe, às vezes, se existem outras intenções para o projeto. O projeto deve estar dentro da macro visão da Bacia.

! a não continuidade de implementação dos projetos de Educação Ambiental; a falta de prioridade que a Educação Ambiental teve dentro do CBH-BT. Há uma experiência com sucesso em Penápolis, mas, não contaminou toda a Bacia; faltou envolvimento dos municípios que fazem parte da Bacia.

! escassos encontros formais ou informais entre os membros que compõe o CBH-BRT.

! visão muito técnica por parte dos membros do CBH-BT em suas ações. É necessário ter mais sensibilidade para convencer os técnicos que integram o Comitê, pois, não incorporam nas suas decisões sobre projetos a visão da Educação Ambiental. Os técnicos, por exemplo, não exigem que os municípios que captam recursos tenham legislações básicas, mínimas, de educação ambiental.

! o trabalho independente que vem sendo feito sem o conhecimento de todos, sem divulgação, leva a uma desarticulação que inibe a visão global e proporciona a dispersão de esforços e recursos. É uma forma de atuação que ocorre principalmente pela falta de um Plano da Bacia.

! o Comitê não tem tido habilidade para canalizar novos parceiros interessados em subsidiar a multiplicação das idéias de Educação Ambiental. Está faltando difusão. Mais parceiros para difundir o trabalho de educação ambiental. Inclusive

captando recursos que vem sendo disponibilizados pela iniciativa privada através de ações de responsabilidade ambiental e social das empresa.

! O funcionamento das Câmaras Técnicas, motivo de controvérsias entre os participantes do Seminário, foi apontado como eficiente, porém , com pouco divulgação, por parte de uns. E, ineficiente, posto que “patinou”, não atendendo as necessidades da Bacia, por parte de outros. Não houve consenso.

! a divulgação das ações do CBH-BT são precárias, há uma lentidão na forma de distribuição das informações para a população. Os próprios membros do CBH-BT não participam da divulgação. Não são utilizados meios eletrônicos de transmissão de informações.

! não existe uma visão de marketing institucional. É preciso ampliar a divulgação do Comitê. É preciso ampliar o enfoque nas ações do CBH-BT para que a sociedade conheça.

! falta de comprometimento dos Prefeitos com a questão ambiental.

! O CBH-BT não utiliza seu poder para cobrar, das Prefeituras que compõem a Bacia, a elaboração de uma legislação básica de Política Urbana, tais como, Lei de uso e ocupação do solo e Plano Diretor que ordenaria o crescimento dos municípios. O CBH-BT tem legitimidade para essa cobrança e não se utilizar dos mecanismos que tem na distribuição dos recursos, forçando a atuação das Prefeituras em questões fundamentais que garantiriam um crescimento sustentável das cidades da Bacia.

! o desinteresse dos membros da sociedade civil e das prefeituras pelo Comitê. Não há comprometimento dos Prefeitos com Educação Ambiental e os membros que compõe as organizações da sociedade civil com representação no Comitê não se inteiram do que trata o Comitê, como funciona, como distribui verbas, etc. Esses dois setores constitui junto com os órgãos de Estado o poder político do Comitê. A sociedade da Bacia não está comprometida e nem sequer informada com relação as questões de educação ambiental.

inexistência de Núcleos de Educação Ambiental em todos os municípios da Bacia. Não conseguimos fazer a articulação e a sensibilização da sociedade para implantar núcleos regionais de Educação Ambiental. Um núcleo necessita da articulação de vários municípios, além da sensibilização de toda comunidade envolvida no projeto. Se não houver envolvimento comunitário, não há núcleo. Falta de articulação regional para a criação de núcleos de educação ambiental. Há uma experiência de sucesso em Penápolis, mas, ela não contaminou toda a Bacia.

! Um tema ficou controverso: a existência de uma submissão dos membros do Condema os interesses dos governos locais. Uma falta de capacidade para agir. É positiva a criação dos Condemas, eles não existem em todos os municípios da Bacia e precisam ser estimulados, porém, precisam ter independência, atuam apenas como órgãos consultivos e não deliberativos e com isto não conseguem interferir na decisão das questões ambientais dos municípios. Independente dessa “submissão” foi entendido que é positiva a criação desses conselhos. E negativa a falta de capacidade que têm apresentado quando estão operando. Com falta de articulação política para interferir nas decisões ambientais importantes.

! a falta de qualificação técnica dos servidores municipais que atuam nas área operacionais de aterros sanitários e captação de lixo, tratamento de água e esgoto no território da Bacia. ;A qualificação técnica dos servidores da área operacional de aterros e captação de lixo, água e esgoto dos municípios da bacia.

! a proliferação indiscriminada de ranchos nas margens dos rios e lagos comprometendo a qualidade ambiental. Esses loteamentos carecem de fiscalização na sua implantação quando forem feitos às margens dos rios. Os municípios precisam disciplinar essa ocupação com urgência, daí a necessidade de legislação municipal sobre o uso do solo, leis de loteamento, planos diretores, etc.

! existência de grandes áreas desmatadas em função das inundações.

! não trabalhar o produtor rural para o desenvolvimento sustentável. Falta visão de desenvolvimento sustentável do trabalhador rural que mora na Bacia e nós não temos projetos nessa área.

! inexistência de mata ciliar em decorrência de incêndios.

## **RISCOS:**

! falta de vontade política por parte da sociedade civil e do poder público. Não sermos capazes de mobilizar a vontade política

! esquecimento dos objetivos traçados no planejamento. Planejar e não ter capacidade de viabilizar. Este grupo precisa manter contato com as Câmaras Técnicas no CBH-BT cobrar os objetivos traçados.

! não estruturação da educação ambiental como prioridade. Discutir e não colocar a Educação Ambiental como prioridade.

! ocorrência de acidentes no transporte ferroviário que transporta produtos químicos, prejudicando os recursos hídricos e os mananciais da Bacia.

! degradação dos recursos hídricos, devido à desocupação desordenada. Existe risco da qualidade ser deteriorada.

! intensificação dos processos erosivos tanto na zona urbana, como rural, comprometendo a qualidade das águas.

! supressão do que resta da mata ciliar. Será preciso reflorestar e recuperar o que restou, coibindo a ocupação desordenada.

! esvaziamento do Comitê em razão da rigidez na distribuição de recursos. A mobilização dos três setores da sociedade, que compõe o Comitê precisam estabelecer critérios de convivência. Deve ser criterioso, mas, não pode ser rígido a ponto de ser excludente.

! ocupação indiscriminada dos grandes lagos, comprometendo os mananciais. A ocupação inadequada das margens dos Lagos para fins urbanos, comprometendo os mananciais. A ocupação precisa seguir um ritmo ordenado, com respeito às legislações que regulamentam a ocupação, onde ricos e pobres possam usufruir,

pois, o lazer é para todos. A ocupação ilegal e irracional coloca em risco toda a Bacia.

! conflito da utilização da água entre irrigação de uso múltiplo e uso público. 70% do uso da água é para irrigação.

! falta de energia elétrica provocada pelo "secão", nome correto do "apagão", faltar energia elétrica porque faltou água.

! continuar sem a coordenação das ações dos vários órgãos.

! plano de educação ambiental realizado sem critérios ou flexibilizar demais os critérios. Os dois extremos trazem risco, se flexibilizar demais ou se for rígido demais.

! caso não se realize o plano da bacia, o comitê será apenas um órgão distribuidor de recursos.

#### **OPORTUNIDADES:**

! solidificação do Parlamento das Águas com a articulação de todos os órgãos de Estado, Prefeituras e Sociedade Civil, criando habilidade em conduzir o Comitê com a participação de todos os setores que interferem na questão ambiental e de recursos hídricos.

! o CBH -BT pode ser um articulador de parcerias. O Comitê tem um grande potencial como órgão articulador.

! ampliar a participação da sociedade como um todo, tanto no planejamento quanto nas atividades do Comitê. Atualmente a participação tem ficado muito concentrada nos municípios de Penápolis, Araçatuba e Birigui. Devemos ampliar a participação dos demais municípios, porém, essa participação é também espaço conquistado por articulação dos próprios municípios. Penápolis consegue muita representação porque participa!

! nova visão do CBH-BT, mantendo os recursos hídricos, consolidada através de Seminários, Cursos, Palestras e outras atividades onde as propostas para a Bacia possam ser propagadas.

! momento para o chamamento da sociedade a fim de discutir as ações da Bacia de forma a fazer um balanço do que já foi implantado, direcionando as ações para evitar erros futuros.

! mobilizar as vontades políticas da comunidade, do poder público, e da sociedade civil nos municípios, a fim de estimulá-los a elaborar seus planos diretores, seus planos de uso e ocupação do solo e de proteção ambiental.

! chamamento da sociedade para a apresentação de tecnologias e inventos destinados a melhorar o uso de recursos hídricos. Comitê deve favorecer essas tecnologias, alternativas.

! os membros do Comitê serem agentes multiplicadores de ações de preservação ambiental, capazes de conscientizar a todos sobre a importância de se manter a qualidade ambiental da Bacia.

! comprometimento dos participantes do seminário, representantes dos diversos municípios, apoiando os trabalhos do CBH-BT no que diz respeito a Educação Ambiental.

! plano da Bacia eficiente elaborado a partir do Relatório Zero.

! traçar propostas para minimizar e superar os riscos

! estabelecer, de forma oficial, parâmetros para o trabalho em educação ambiental do CBH-BT.

! aproveitar a força e a penetração que o CBH-BT tem hoje dentro do Estado e da região abrindo espaços para a educação ambiental.

! prevenir o agravamento da situação dos recursos hídricos através da educação ambiental

! Resgatar os valores humanos através da educação ambiental, colocando o ser humano como parte do meio ambiente.

! utilizar a Bacia de forma sustentável, tanto economicamente quanto no que toca ao lazer.

! intercâmbio com outros grupos de ação de outras Bacias. Promover, de forma permanente, a inter-relação dos municípios em troca de experiências e informações. Organizar fóruns, encontros, seminários, etc. Criar uma Rede com os outros Comitês que estão atuando e enfrentando problemas semelhantes aos nossos.

! tornar-se uma região receptora de investimentos, pela disponibilidade de recursos abundantes e de boa qualidade.

! desenvolvimento da aqüicultura aproveitando o enorme potencial da região, porém, atentando para os cuidados necessários que a atividade exige.

! turismo baseado na quantidade e na qualidade da água e do ambiente na região.

! hidrovias como uma das grandes riquezas da região, capaz de propiciar um transporte barato.

! capacidade de gerar energia através de termo-elétricas.

! acabar com aguapé.

## **PARA ENFRENTAR A REALIDADE APONTADA PELO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA BACIA, PROPÔS-SE AS AÇÕES**

---

Iniciando a construção do Plano de Ação, apresentamos a visão geral do que conseguimos formular em termos de diagnóstico situacional.

Foi formulada, então, a seguinte pergunta:

O que o CBH-BT vai estar fazendo nos próximos 3 anos (de abril de 2003 até abril de 2005) no sentido de estar:

- **fortalecendo os Pontos Fortes**, aquilo que tem de bom, de ponto positivo na estrutura e no funcionamento do CBH-BT com relação a educação ambiental;
- **superando os Pontos Fracos**, contornando problemas e superando barreiras e dificuldades
- **eliminando os Riscos**, na medida do possível, eliminando aquilo que ameaça a Educação Ambiental e a atuação do Comitê
- **aproveitando as Oportunidades** que vislumbramos para que nossa situação melhore.

As ações propostas podem assim ser sintetizadas:

### **I. Iniciativas na área de Planejamento:**

# CRIAR IMEDIATAMENTE UMA COMISSÃO PARA DISCUTIR O PLANO DA BACIA

# APROFUNDAR NOSSOS CONHECIMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA, ATUALIZANDO O RELATÓRIO ZERO E AMPLIANDO SUA ANÁLISE.

# COBRAR DO DAEE A IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SIG (SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEORREFERENCIADA)

# FAZER FUNCIONAR O BANCO DE DADOS E TURISMO – ALIMENTAÇÃO E RETRO-ALIMENTAÇÃO



# REVER OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS.

## **II. Iniciativas de valorização institucional e sensibilização da opinião pública.**

# ENVOLVER A MÍDIA. PROMOVER A DIVULGAÇÃO. MOSTRAR QUEM SOMOS E A QUÊ VIEMOS. DIVULGAR AS AÇÕES DO CBH-BT E PROPOR NOVOS PROGRAMAS .

# ESCLARECER A POPULAÇÃO DA BACIA SOBRE A COBRANÇA DO USO DA ÁGUA. ESCLARECER A TODOS OS USUÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO E AS RESPONSABILIDADES DA POPULAÇÃO E DOS GOVERNOS COM RELAÇÃO A ÁGUA. INCENTIVAR O USO RACIONAL DA ÁGUA

# PROMOVER, ATRAVÉS DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA BACIA

# CAPACITAR A SOCIEDADE CIVIL, QUE ATUA DENTRO DO CBH-BT, QUE É MEMBRO DO COMITÊ, PARA TRABALHAR JUNTO AOS SEUS INTEGRANTES.

# UTILIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA SENSIBILIZAR TAMBÉM O PODER PÚBLICO, OS GOVERNOS LOCAIS DOS MUNICÍPIOS DA BACIA.

## **III. Iniciativas relacionadas aos governos locais, poderes públicos estaduais e municipais**

# PROMOVER INTERCÂMBIO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA BACIA E TAMBÉM ENTRE O NOSSO COMITÊ E OS OUTROS COMITÊS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

# PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE TODAS AS SECRETARIAS DE ESTADO DENTRO DO CBH-BT

# ORIENTAR O PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA PARA ESTABELECEMOS LEGISLAÇÕES DE POLÍTICA URBANA COMO

PLANOS DIRETORES, LEI DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO, PROTEÇÃO DE MANACIAIS, ETC...

# CRIAÇÃO DO PROTOCOLO ÚNICO DE OUTORGAS E LICENÇAS

#### **IV. Iniciativas relacionadas a Educação Ambiental.**

# RESPEITAR AS DIFERENÇAS

# AUMENTAR O PERCENTUAL DE INVESTIMENTO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FORMA A DAR SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES;

# PRIORIZAR OS PROJETOS VOLTADOS PARA OS OBJETIVOS TRAÇADOS NO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONDICIONANDO-OS A LIBERAÇÃO DOS OUTROS RECURSOS PARA PROJETOS PLEITEADOS PELOS MUNICÍPIOS.

# ESTIMULAR OS MUNICÍPIOS A DISPONIBILIZAREM ESPAÇO COM INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

# ARTICULAR AS AÇÕES DO CBH-BT EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM A EDUCAÇÃO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA.

# FORMALIZAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE FOREM DETERMINADAS PELO CBH-BT PARA QUE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES SE SINTAM COMPROMETIDOS COM AS AÇÕES.

# REALIZAR MAIS ENCONTROS ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

# CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS OPERADORES DE ATERROS, DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

#### **IV. Iniciativas relacionadas aos Riscos Físicos já existentes no território da Bacia.**

# EXIGIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES ESTADUAIS E FEDERAIS, NOS CASOS EM QUE EXISTEM RISCOS FÍSICOS PARA A BACIA.

# ALERTAR E ARTICULAR AÇÕES DE PREVENÇÃO SOBRE POTENCIAIS DE RISCO DE ACIDENTES COM RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO DA BACIA.

# PRIORIZAR PROJETOS QUE COMBATAM A DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E A EROÇÃO; PROMOVER A RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR, E OUTRAS AÇÕES NECESSÁRIAS, PRIORIZANDO, DENTRO DOS RECURSOS HÍDRICOS, OS MANANCIAIS, NASCENTES E OS TRIBUTÁRIOS

#### **AS AÇÕES PROPOSTAS SÃO DESTINADAS AOS FINS**

---

Respondendo à pergunta abaixo, os participantes traçaram: metas, objetivos específicos, objetivos gerais, propósitos, fim e construíram a missão do CBH-BT no que diz respeito a sua função de atuar na educação ambiental. A pergunta foi:

“Se fizermos tudo aquilo que nos propusemos na etapa anterior, voltamos à Bacia daqui quatro a cinco anos, o que nós encontramos? O que nossa ação alterou na realidade da Bacia. Como nossa ação modificou a realidade da Bacia?”

Respondendo a esta pergunta os participantes elencaram suas expectativas quanto ao futuro. Submetida ao raciocínio lógico fomos trabalhando e organizando os diferentes níveis que seriam atingidos com as nossas ações.

#### **Marco Lógico: construindo a lógica vertical do Plano de Ação;**

A lógica vertical se refere à coerência que deve existir entre os níveis que foram definidos para que o plano de ação seja realizado. Usando os instrumentos do Marco Legal vamos verificar se há lógica vertical nos vários níveis de ações. Se

estão presentes pressupostos logicamente relacionados às probabilidade de que se cumpram as hipóteses, perguntando: **se-então**. Vamos examinar as ações usando raciocínio lógico, verificando se as atividades que decidimos realizar são necessárias e suficientes para conseguir realizar os objetivos, as metas, a missão que estamos nos propondo.

A lógica vertical analisa “**de baixo para cima**” os vários níveis de um plano de ação. Existe uma hierarquia que organiza estes os vários níveis. Por exemplo: **se** as ações propostas no nível 4 forem realizadas **então** os *resultados esperados* para o nível 3 serão alcançados? Ou seja, as **ações** escolhidas são necessárias e suficientes para que se possa alcançar os **resultados esperados**? Todos os outros níveis também devem estar relacionados desta maneira.

## II. Iniciativas na área de Planejamento:

\$ **Se** realizarmos as ações propostas:

- # CRIAR IMEDIATAMENTE UMA COMISSÃO PARA DISCUTIR O PLANO DA BACIA
- # APROFUNDAR NOSSOS CONHECIMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA, ATUALIZANDO O RELATÓRIO ZERO E AMPLIANDO SUA ANÁLISE.
- # COBRAR DO DAAE A IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SIG (SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOREFERENCIADA)
- # FAZER FUNCIONAR O BANCO DE DADOS E TURISMO – ALIMENTAÇÃO E RETRO-ALIMENTAÇÃO
- # REVER OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS.

**Então** teremos obtido o diagnóstico da Bacia e um sistema de informações gerenciais dando as condições necessárias à elaboração do Plano da Bacia? Sim.

\$ **Se** elaborarmos o Plano da Bacia e nele priorizarmos as ações e colocarmos o Plano em andamento, **então** teremos uma melhor aplicação dos recursos do CBH – BT e nessa visão de prioridade teremos atingido atingido 100% no índice de saneamento básico no território da Bacia? Sim.

\$ **Se** nós revermos os critérios de distribuição de recursos, de forma a melhor contemplar as necessidades e prioridades da Bacia. **Se** as necessidades estiverem priorizadas. **Se** estabelecemos os critério de distribuição dos recursos. **Então**, haverá o redirecionamento das ações e ele refletirá os critérios que determinamos.

\$ **Se** nós elaborarmos o Plano da Bacia; no Plano estabelecermos as necessidades da Bacia; frente a todas as necessidades definirmos as prioridades; revermos os critérios de distribuição dos recursos do Comitê de tal forma que eles atendam as prioridades estabelecidas. **Então**, teremos ações priorizadas que atenderão as necessidades prementes da Bacia e os critérios de distribuição dos recursos estão vinculando à esse atendimento. As ações do Comitê estarão redirecionadas no sentido de atender as necessidades prioritárias.

\$ **Se** as ações do Comitê forem redirecionadas com os pressupostos acima **Então**, haverá uma melhor aplicação dos recursos do Comitê?

\$ **Se** houver uma melhor aplicação dos recursos do Comitê. **Então**, haverá um maior respeito e credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; redução dos problemas sócio ambientais e maior disponibilidade de água e de melhor qualidade na Bacia.

\$ **Se** houver um a redução do problemas sócio ambientais e uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade na Bacia. **Então**, o custo pelo uso da água será mais baixo e haverá um aumento do fluxo de investimentos na Bacia.

\$ **Se** o custo pelo uso da água for baixo e houver um aumento do fluxo de investimentos na Bacia. **Então**, haverá Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia.

\$ **Se** houver Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia. **Então**, haverá Melhoria da Qualidade de Vida da população no território da Bacia.

## **II. Iniciativas de valorização institucional e sensibilização da opinião pública.**

\$ **Se** realizarmos as ações propostas:

# ENVOLVER A MÍDIA. PROMOVER A DIVULGAÇÃO. MOSTRAR QUEM SOMOS E A QUÊ VIEMOS. DIVULGAR AS AÇÕES DO CBH-BT E PROPOR NOVOS PROGRAMAS .

# ESCLARECER A POPULAÇÃO DA BACIA SOBRE A COBRANÇA DO USO DA ÁGUA. ESCLARECER A TODOS OS USUÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO E AS RESPONSABILIDADES DA POPULAÇÃO E DOS GOVERNOS COM RELAÇÃO A ÁGUA. INCENTIVAR O USO RACIONAL DA ÁGUA

# PROMOVER, ATRAVÉS DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA BACIA

# CAPACITAR A SOCIEDADE CIVIL, QUE ATUA DENTRO DO CBH-BT, QUE É MEMBRO DO COMITÊ, PARA TRABALHAR JUNTO AOS SEUS INTEGRANTES.

# UTILIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA SENSIBILIZAR TAMBÉM O PODER PÚBLICO, OS GOVERNOS LOCAIS DOS MUNICÍPIOS DA BACIA.

**Então**, teremos o CBH – BT mais conhecido em toda a nossa região; teremos maior envolvimento e comprometimento de toda a comunidade; atuação efetiva da sociedade civil organizada junto aos seus integrantes; realização de ações em Educação Ambiental com a participação mais atuante da população;

\$ **Se** a Câmara Técnica em Educação Ambiental promover a sensibilização da sociedade da Bacia, com ação voltadas à toda sociedade. **Então**, teremos um maior envolvimento e comprometimento de toda a comunidade, um aumento na sensibilização da sociedade civil;

\$ **Se** trabalharmos os membros da sociedade civil, instrumentalizando-os com relação à Educação Ambiental e utilizarmos os meios de comunicação para sensibilizar além da sociedade civil também as forças políticas. **Então**, teremos uma melhor integração entre os parceiros do comitê; um melhor direcionamento das

ações do comitê posto que as decisões estarão mais embasadas em informações e conhecimento dos problemas ambientais e uma melhor aplicação dos recursos.

§ **Se** tivermos sensibilizado toda a sociedade; maior envolvimento e comprometimento de toda a comunidade; atuação efetiva da sociedade civil organizada junto aos seus integrantes; realização de ações em Educação Ambiental com a participação mais atuante da população. **Então**, diminuiremos o impacto sobre os recursos ambientais; teremos o CBH – BT mais conhecido em toda a nossa região; teremos mais responsabilidade no uso racional da água; teremos uma legislação ambiental do conhecimento de todos,

§ **Se** tivermos sensibilizado toda a sociedade; maior envolvimento e comprometimento de toda a comunidade; atuação efetiva da sociedade civil organizada junto aos seus integrantes; realização de ações em Educação Ambiental com a participação mais atuante da população. **Então**, teremos o cumprimento da Legislação Ambiental; o aumento na sensibilização, conscientização e participação da população nas questões ambientais; a diminuição dos desperdícios; a diminuição dos impactos ambientais; menor demanda de recursos naturais.

§ **Se** houver o cumprimento da Legislação Ambiental; o aumento na sensibilização, conscientização e participação da população nas questões ambientais; a diminuição dos desperdícios; a diminuição dos impactos ambientais e uma menor demanda de recursos naturais. **Então**, teremos o reconhecimento, respeito e credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; redução dos problemas sócio ambientais e uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia.

§ **Se** houver o reconhecimento, o respeito e a credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; se reduzirmos os problemas sócio ambientais da Bacia e tivermos uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia. **Então**, o custo pelo uso da água será mais baixo e haverá um aumento do fluxo de investimentos na Bacia.

§ **Se** o custo pelo uso da água for baixo e houver um aumento do fluxo de investimentos na Bacia. **Então**, haverá Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia.

§ **Se** houver Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia. **Então**, haverá Melhoria da Qualidade de Vida da população no território da Bacia.

### **III. Iniciativas relacionadas aos governos locais, poderes públicos estaduais e municipais**

§ **Se** realizarmos as ações propostas:

# PROMOVER INTERCÂMBIO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA BACIA E TAMBÉM ENTRE O NOSSO COMITÊ E OS OUTROS COMITÊS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

# PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE TODAS AS SECRETARIAS DE ESTADO DENTRO DO CBH-BT

# ORIENTAR O PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA PARA ESTABELECEMOS LEGISLAÇÕES DE POLÍTICA URBANA COMO PLANOS DIRETORES, LEI DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO, PROTEÇÃO DE MANACIAIS, ETC...

# CRIAÇÃO DO PROTOCOLO ÚNICO DE OUTORGAS E LICENÇAS

**Então**, teremos promovido um intercâmbio dos municípios do CBH-BT e também com outros Comitês, promovendo maior engajamento entre os dirigentes públicos municipais e a sociedade civil; teremos trocas de experiências, registrando aquelas experiências exitosas como modelo para as ações do Comitê; um maior entrosamento das Câmaras Técnicas; teremos um novo patamar de entendimento dos poderes públicos, com uma integração melhor dos parceiros; legislação urbana adequada e maior agilidade nas outorgas.

§ **Se** orientarmos os poderes executivos e legislativos dos municípios da Bacia com relação ao estabelecimento de legislações de Política urbana tais como Planos Diretores, Leis de Uso e Ocupação do Solo, Leis de Proteção de Mananciais, ou seja, orientá-los com relação à legislação básica de Política Urbana. **Então**, um



número maior de municípios estarão trabalhando com legislações ambientais e urbanas adequadas e terão sido estimulados a criarem nas suas estruturas organizacionais, setores voltados para o Meio Ambiente.

\$ **Se** tivermos protocolo único de outorgas e licenças. **Então**, teremos procedimentos agilizados e contratações de projetos facilitadas.

\$ **Se** tivermos um número maior de municípios trabalhando com legislações ambientais e urbanas adequadas e estruturas organizacionais dentro da Prefeitura voltadas Meio Ambiente. **Então**, teremos o cumprimento da legislação ambiental; melhora na aplicação dos recursos do Comitê; diminuição do desperdícios; diminuição dos impactos ambientais; menor demanda de recursos naturais.

\$ **Se** tivermos um números maior de municípios cumprindo a legislação ambiental; se melhoramos a aplicação dos recursos do Comitê; diminuirmos os desperdícios; diminuirmos impactos ambientais; e uma menor demanda de recursos naturais. **Então**, teremos o reconhecimento, respeito e credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; redução dos problemas sócio ambientais e uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia.

\$ **Se** houver o reconhecimento, o respeito e a credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; se reduzirmos os problemas sócio ambientais da Bacia e tivermos uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia. **Então**, o custo pelo uso da água será mais baixo e haverá um aumento do fluxo de investimentos na Bacia.

\$ **Se** o custo pelo uso da água for baixo e houver um aumento do fluxo de investimentos na Bacia. **Então**, haverá Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia.

\$ **Se** houver Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia. **Então**, haverá Melhoria da Qualidade de Vida da população no território da Bacia.

#### **IV. Iniciativas relacionadas a Educação Ambiental.**

§ **Se** realizarmos as ações propostas:

# RESPEITAR AS DIFERENÇAS

# AUMENTAR O PERCENTUAL DE INVESTIMENTO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FORMA A DAR SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES;

# PRIORIZAR OS PROJETOS VOLTADOS PARA OS OBJETIVOS TRAÇADOS NO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONDICIONANDO-OS A LIBERAÇÃO DOS OUTROS RECURSOS PARA PROJETOS PLEITEADOS PELOS MUNICÍPIOS.

# ESTIMULAR OS MUNICÍPIOS A DISPONIBILIZAREM ESPAÇO COM INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

# ARTICULAR AS AÇÕES DO CBH-BT EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM A EDUCAÇÃO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA.

# FORMALIZAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE FOREM DETERMINADAS PELO CBH-BT PARA QUE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES SE SINTAM COMPROMETIDOS COM AS AÇÕES.

# REALIZAR MAIS ENCONTROS ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

# CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS OPERADORES DE ATERROS, DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

§ **Então**, teremos conseguido uma integração efetiva entre o Comitê e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; maior entrosamento entre os profissionais da área de educação ambiental; melhora na qualificação dos

profissionais; técnicos e trabalhadores mais capacitados; aumento dos padrões de qualidade, com a melhoria dos índices; terei ampliado o estímulo para que uma parte dos municípios utilizem suas estruturas para implementar os núcleos em Educação Ambiental; maior estímulo para a criação da estrutura organizacional voltada para o meio ambiente nas Prefeituras; teremos definido planos que irão contemplar mais verbas para educação ambiental

§ **Se** forem realizados mais encontros entre os profissionais que atuam em Educação Ambiental; capacitados profissionais, capacitados os operadores de aterro, estação de tratamento de água e esgoto; se respeitarmos nossas diferenças. **Então**, teremos maior entrosamento entre os profissionais; melhora nos padrões técnicos; técnicos e profissionais mais entrosados

§ **Se** conseguirmos integração efetiva entre o Comitê e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; maior entrosamento entre os profissionais da área de educação ambiental; melhora na qualificação dos profissionais; técnicos e trabalhadores mais capacitados; aumento dos padrões de qualidade, com a melhoria dos índices; terei ampliado o estímulo para que uma parte dos municípios utilizem suas estruturas para implementar os núcleos em Educação Ambiental; maior estímulo para a criação da estrutura organizacional voltada para o meio ambiente nas Prefeituras; definirmos planos que irão contemplar mais verbas para educação ambiental. **Então**, teremos estimulado a implantação de novos Núcleos e Centros de Educação Ambiental; teremos um aumento na sensibilização, conscientização participação da população nas questões ambientais; teremos um maior cumprimento da Legislação Ambiental; uma diminuição dos desperdícios; uma diminuição dos impactos ambientais

§ **Se** estimularmos a implantação de novos Núcleos e Centros de Educação Ambiental; aumentarmos a sensibilização, conscientização participação da população nas questões ambientais; cumprirmos a Legislação Ambiental; diminuirmos os desperdícios; diminuirmos os impactos ambientais. **Então**, teremos o reconhecimento, respeito e credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; redução dos problemas sócio ambientais e uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia.

§ **Se** houver o reconhecimento, o respeito e a credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; se reduzirmos os problemas sócio ambientais da Bacia e tivermos uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia. **Então**, o custo pelo uso da água será mais baixo e haverá um aumento do fluxo de investimentos na Bacia.

§ **Se** o custo pelo uso da água for baixo e houver um aumento do fluxo de investimentos na Bacia. **Então**, haverá Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia.

§ **Se** houver Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia. **Então**, haverá Melhoria da Qualidade de Vida da população no território da Bacia.

#### **IV. Iniciativas relacionadas aos Riscos Físicos já existentes no território da Bacia.**

§ **Se** realizarmos as ações propostas:

# EXIGIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES ESTADUAIS E FEDERAIS, NOS CASOS EM QUE EXISTEM RISCOS FÍSICOS PARA A BACIA.

# ALERTAR E ARTICULAR AÇÕES DE PREVENÇÃO SOBRE POTENCIAIS DE RISCO DE ACIDENTES COM RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO DA BACIA.

# PRIORIZAR PROJETOS QUE COMBATAM A DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E A EROSÃO; PROMOVER A RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR, E OUTRAS AÇÕES NECESSÁRIAS, PRIORIZANDO, DENTRO DOS RECURSOS HÍDRICOS, OS MANANCIAIS, NASCENTES E OS TRIBUTÁRIOS

**Então**, teremos a implementação de projetos voltados à recuperação e conservação dos recursos naturais; ampliação das áreas especialmente protegidas; avanços na

recomposição florestal com espécies nativas; aumento dos padrões de qualidade, com melhoria dos índices de qualidade ambiental.

§ **Se** tivermos a implementação de projetos voltados à recuperação e conservação dos recursos naturais; ampliação das áreas especialmente protegidas,; avanços na recomposição florestal com espécies nativas; aumento dos padrões de qualidade, com melhoria dos índices de qualidade ambiental. **Então**, teremos diminuído os desperdícios; diminuído os impactos ambientais; tornado menor a demanda de recursos naturais.

§ **Se** tivermos diminuído os desperdícios; diminuído os impactos ambientais; tornado menor a demanda de recursos naturais. **Então**, teremos o reconhecimento, respeito e credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; redução dos problemas sócio ambientais e uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia.

§ **Se** houver o reconhecimento, o respeito e a credibilidade da Sociedade em relação ao Comitê; se reduzirmos os problemas sócio ambientais da Bacia e tivermos uma maior disponibilidade de água e de melhor qualidade no território da Bacia. **Então**, o custo pelo uso da água será mais baixo e haverá um aumento do fluxo de investimentos na Bacia.

§ **Se** o custo pelo uso da água for baixo e houver um aumento do fluxo de investimentos na Bacia. **Então**, haverá Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia.

§ **Se** houver Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia. **Então**, haverá Melhoria da Qualidade de Vida da população no território da Bacia.

O resultado da avaliação da lógica vertical nos leva a afirmar que se as ações propostas forem executadas então teremos conseguido alcançar as metas, os objetivos específicos, os objetivos gerais, os propósitos e o fim a que se propõe o Plano de Ação. Teremos, então, ações que tem vinculação com a nossa missão.

## **METAS:**

- % teremos um Plano da Bacia elaborado e em andamento, sendo implementado.
- % os critérios de distribuição dos recursos foram estabelecidos de forma a melhorar a distribuição dos recursos e contemplar as necessidades e prioridades da Bacia
- % o CBH-BT será conhecido em toda a nossa região
- % teremos conseguido um maior envolvimento e comprometimento de toda a comunidade
- % haverá uma atuação efetiva da sociedade civil organizada junto a seus integrantes
- % haverá um envolvimento e engajamento dos dirigentes públicos com a questão ambiental
- % haverá troca de experiências
- % haverá maior entrosamento entre as Câmaras Técnicas
- % haverá melhor integração entre os parceiros
- % teremos conseguido agilizar os procedimentos das outorgas e estaremos facilitando as contratações
- % teremos estimulado parte dos municípios a criarem estruturas organizacionais dentro das Prefeituras voltadas para as ações de política ambiental
- % teremos realizado ações em educação ambiental com a participação mais atuante da população
- % haverá uma integração efetiva entre o Comitê e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.
- % Haverá um maior entrosamento entre os profissionais da área de educação ambiental
- % os técnicos e os trabalhadores que atuam nas questões ambientais estarão capacitados para suas funções
- % teremos um avanço na recomposição florestal com espécies nativas
- % haverá a implementação de projetos voltados à recuperação e conservação dos recursos naturais
- % haverá ampliação das áreas especialmente protegidas
- % teremos conseguido um aumento dos padrões de qualidade , com a melhoria dos índices ambientais.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- % Direcionar as ações com critérios
- % Melhorar a aplicação dos recursos
- % Atingir índices de saneamento básico de 100% em toda a Bacia
- % Ter grande parte dos municípios da Bacia com Legislação Básica de Política Urbana em funcionamento
- % Cumprir a Legislação Ambiental
- % Estimular a implementação dos Núcleos e Centros de Educação Ambiental
- % Aumentar a sensibilização, a conscientização e a participação da população nas questões ambientais
- % Diminuir os impactos ambientais no território da Bacia.
- % Diminuir os desperdícios
- % Ter uma menor demanda por recursos naturais

## **OBJETIVOS GERAIS:**

- % Obter o reconhecimento, o respeito e a credibilidade da Sociedade com relação ao CBH-BT.
- % Reduzir os problemas Sócio-Ambientais
- % Ter maior disponibilidade de água e de melhor qualidade na Bacia

## **PROPÓSITOS:**

- % Baixar o custo do uso da água
- % Aumentar o fluxo de investimentos na Bacia

## **FIM:**

- % Atingir o ***Desenvolvimento Sócio Econômico Sustentável da Bacia***

## **MISSÃO:**

## **“ MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO DA BACIA”**

### **DETALHAMENTO DAS AÇÕES**

---

Estabelecidas as ações tratou-se de estabelecer o detalhamento preliminar de como elas serão conduzidas, que ficará responsável por cada uma delas numa primeira divisão de tarefas, um cronograma para realizá-las, e os custos estimados nesse primeira etapa do detalhamento.

#### **1. CRIAR IMEDIATAMENTE UMA COMISSÃO PARA DISCUTIR O PLANO DA BACIA:**

Fazer o Plano da Bacia. Este é um projeto do CBH-BT. É tarefa de deverá envolver os três setores que compõe o Comitê. A comissão deverá ser tripartite e indicada pela Secretaria Executiva. A realização do Plano da Bacia criará um conjunto de oportunidades para a Educação Ambiental no território da Bacia.

& **Como?** Criar uma Comissão Tripartite

& **Quando?** A Comissão deverá ser criada na primeira quinzena de abril.

& **Quem ?** O Engenheiro Manfré criará a comissão.

& **Quanto?** O custo dessa iniciativa é zero.

#### **2. APROFUNDAR NOSSOS CONHECIMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA - RELATÓRIO ZERO:**

Aprofundar o diagnóstico que já foi feito com o nome de “Relatório Zero”, atualizando dados, melhorando de um modo geral as informações sobre a Bacia, principalmente, aquelas relacionadas com Educação Ambiental. Refazer os diagnósticos dos municípios integrantes do CBH-BT valorizando as informação que a Educação Ambiental necessita para atuar na Bacia. Diagnóstico realizado por



equipes especializadas; orientado para complementar Relatório Zero. Lembra que planejamento é instrumento de gestão e, portanto, atividade permanente. Sempre estaremos aprofundando nossos conhecimentos sobre a realidade na qual estamos intervindo, é tarefa permanente e que compõe o conjunto de atividades de planejamento. Corrigir e atualizar informações, utilizando-as para tomar decisões e não apenas estocar informações.

& **Como?** Será uma das etapas do Plano da Bacia, feita juntamente com o Plano da Bacia.

& **Quando?** Quando as Câmaras Técnicas definir como o prazo inicial do Plano da Bacia.

& **Quem ?** A comissão criada. Aprofundar conhecimento de EA.

& **Quanto?** Zero.

### 3. COBRAR DO DAEE A IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIZAR O SIG (SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOREFERENCIADA):

A implantação do SIG - Sistema de Imageamento Georeferenciados ajudará no aprofundamento do diagnóstico da Bacia.

& **Como?** É uma ação da presidência do CBH-BT.

& **Quando?** Segunda quinzena de abril.

& **Quem?** Secretaria executiva.

& **Quanto?** Zero.

### 4. FAZER FUNCIONAR O BANCO DE DADOS DE TURISMO E MEIO AMBIENTE – ALIMENTAÇÃO E RETRO-ALIMENTAÇÃO:

As informações que já foram colhidas deveriam ter sido disponibilizadas. Falta cobrança por parte da Comitê que deveria falar em nome do interesse de toda a Bacia. O Banco deve ter alimentação, retroalimentação e divulgação dos dados. Não importa que os recursos tenham ido para a ALTI, toda a Bacia tem o direito as informações e aos resultados pelo tipo de investimento que foi feito.

& **Como?** Nomear uma comissão para realizar a visita ao Banco de Dados para conhecer e avaliar a situação do investimento. Fazer um levantamento do que já foi feito e do que não foi feito.

& **Quando ?** Primeira quinzena de abril de 2003

& **Quem ?** O Engenheiro Manfré fica encarregado de formar a comissão.

& **Quanto ?** Zero.

##### 5. REVER OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS:

A Educação Ambiental está abrindo espaço no Comitê. Será necessário que os critérios de distribuição de recursos levem em conta esses novos pressupostos de atuação do Comitê.

& **Como?** A Câmara Técnica de Educação Ambiental deverá levar para a Câmara Técnica de Planejamento, que define os critérios, as suas propostas de organização.

& **Quando?** Primeira quinzena de abril de 2003

& **Quem?** A Câmara Técnica de Educação Ambiental

& **Quanto?** Zero

**6. ENVOLVER A MÍDIA NA DIVULGAÇÃO. MOSTRAR QUEM SOMOS E A QUÊ VIEMOS. DIVULGAR AS AÇÕES DO CBH-BT E PROPOR NOVOS PROGRAMAS:**

Devemos mostrar a toda a Sociedade o que é o CBH0BT, todos devem conhecer dos objetivos, dos fins , da missão do Comitê. Trabalhamos com um tema de interesse público e devemos envolver a mídia nessa divulgação. Divulgar as ações do CBH-BT propondo novos programas, criando espaço na imprensa a cada nova ação.

& **Como?** Através de campanhas institucionais. (pode ter custo), um plano de marketing

& **Quando?** Abril de 2003

& **Quem?** a secretaria executiva levanta informações e apresenta à CT de EA

& **Quanto?** Zero

**7. ESCLARECER A POPULAÇÃO DA BACIA SOBRE A COBRANÇA DO USO DA ÁGUA; ESCLARECER A TODOS OS USUÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO E AS RESPONSABILIDADES; INCENTIVAR O USO RACIONAL DA ÁGUA:**

Esclarecer a sociedade da Bacia sobre a cobrança do uso da água, hoje a maioria da população ainda não dispõe de informações claras sobre a nova legislação e os impactos em termos de custo/benefício. Nem, tão pouco, das possibilidades que os recursos arrecadados trarão em investimentos.

& **Como?** Há uma ação anterior onde o Prefeito de cada município deverá indicar uma pessoa ou um grupo de pessoas para fazer esse trabalho de esclarecimentos junto a população. Uma equipe de técnicos do Comitê deverá qualificar esses e equipes e também visitar os 42 municípios, reproduzindo em audiências públicas os principais conceitos relacionados à cobrança da água. Além dessa ação direta deverá ainda ser feita uma campanha de rádio, para massificar as informações,

incentivando o uso racional da água, os esclarecimentos básicos sobre a legislação e as responsabilidades de toda a população.

& **Quando?** Em abril de 2003.

& **Quem?** O Engenheiro Manfré ficará encarregado de mobilizar os técnicos e contatar os Prefeitos.

& **Quanto?** Para a primeira fase, custo zero. Deverá ser orçado o custo para reprodução de material para as Audiências Públicas nos municípios.

#### **8. A CÂMARA TÉCNICA PROMOVERÁ A SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA BACIA:**

É atribuição da Câmara Técnica de Educação Ambiental promover ações permanentes de mobilização da sociedade quanto aos temas de educação ambiental.

& **Como?** A Câmara Técnica de Educação Ambiental vai propor diretrizes para os projetos que tenham por objetivo sensibilizar a sociedade com relação aos temas permanentes de educação ambiental na Bacia. Deve ser proposto uma ação sistemática, elaborada na forma de Plano de sensibilização.

& **Quando?** Será realizado em junho de 2003.

& **Quem?** A Câmara Técnica de Educação Ambiental.

& **Quanto?** Nenhum custo por enquanto, a organização das ações determinará os custos.

#### **9. CAPACITAR A SOCIEDADE CIVIL, MEMBROS DO CBH-BT PARA TRABALHAR JUNTO AOS SEUS INTEGRANTES:**

Falta integração entre as Câmaras; devemos utilizar os representantes da sociedade civil que compõem as Câmaras para que se transformem em agentes multiplicadores, juntos às instituições que representa, das questões tratadas no Comitê.

& **Como?** reunir os membros da sociedade civil do comitê (30) p/ serem capacitados (com o material pronto em linguagem acessível ).

& **Quando?** junho/2003

& **Quem?** a CT de EA e a secretaria executiva; pode-se também contar c/ os alunos do Colégio Técnico Agrícola de Penápolis.

& **Quanto?** Não houve condições de precisar os custos.

#### **10. UTILIZAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO P/ SENSIBILIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO:**

Dentro das diferentes ações de divulgação, orientar os Poderes Executivos e Legislativo dos municípios para que estabeleçam Planos adequados de ocupação urbana dos seus municípios. Sempre levando em conta os pressupostos de preservação dos recursos hídricos da Bacia.

& **Como?** A Câmara Técnica de Planejamento deve planejar uma reunião de Prefeitos e Vereadores. Se necessário instituir uma nova Câmara dentro do Comitê só com essa finalidade de trabalhar as Políticas Públicas relacionadas às questões ambientais.

& **Quando?** A ser definir pela Câmara Técnica de Planejamento

& **Quem?** A Câmara Técnica de Planejamento

& **Quanto?** Valor estimado de R\$ 1.000,00

**11. PROMOVER INTERCÂMBIO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA BACIA E TAMBÉM ENTRE O CBH-BT E OS OUTROS COMITÊS DO ESTADO:**

& **Como?** Realizar um Seminário entre os comitês para apresentação e troca de experiências.

& **Quando?** No segundo semestre, depois de julho, de 2003.

& **Quem?** A Secretaria Executiva que deverá entrar em contato com os Secretários Executivos dos outros Comitês para agendar data e o programa do evento.

& **Quanto?** R\$ 15.000,00.

**12. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE TODAS AS SECRETARIAS DE ESTADO DENTRO DO CBH-BT:**

& **Como?** Aproveitar a reunião do dia 08 de abril do ERPLAN, no Fórum de Desenvolvimento, em Araçatuba, com os Diretores do órgão do Estado e não seus representantes aproveitando para convocar todos os órgãos do Estado.

& **Quando?** No dia 08 de abril.

& **Quem?** A Secretaria Executiva.

& **Quanto?** Nenhum.

**13. CRIAÇÃO DO PROTOCOLO ÚNICO DE OUTORGAS E LICENÇAS**

& **Como?** A Câmara Técnica de outorgas e licenças deverá iniciar e planejar o processo do protocolo único de outorgas e licenças.

& **Quando?** A Câmara Técnica precisa de um prazo para a discussão. O início dessa discussão deverá ser a reunião do dia 08 de abril.

& **Quem?** A Câmara Técnica de Outorga

& **Quanto ?** Zero

**14. FORMALIZAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE DEVEM SER ATINGIDAS PELO CBH-BT PARA OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA BACIA**

Uma das maneiras de formalizar as ações de educação ambiental é estimular a criação de Condemas em todos os municípios da Bacia. São órgãos que auxiliam na proposição e na fiscalização das ações. As decisões tomadas neste Seminário da origem ao primeiro “*Plano de Educação Ambiental do CBH-BT*” deverá ser publicado no Diário Oficial.

& **Como?** Das decisões que tirarmos neste Seminário, vamos apresentá-las à Assembléia do CBH-BT para aprovação e, posterior, publicação no Diário Oficial. Será também divulgada em os participantes e membros do Comitê..

& **Quando?** Abril de 2003.

& **Quem?** Secretaria Executiva

& **Quanto?** Zero

**15. AUMENTO DO PERCENTUAL DE INVESTIMENTO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA DAR SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES; PRIORIZAR OS PROJETOS VOLTADOS P/ OS OBJETIVOS TRAÇADOS NO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONDICIONANDO-OS A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA OUTROS PROJETOS.**

É preciso estabelecer as grandes metas da Educação Ambiental, a forma como será feita a análise e o julgamento de projetos. Como serão estabelecidas as

prioridades de cada município. Como serão garantidos que os projetos sejam apresentados de forma clara com relação a sua finalidade, compatível com as necessidades de cada município, de forma a garantir o uso adequado dos recursos.

& **Como?** Apresentar as propostas do Seminário na próxima reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, onde os participantes do Seminário deverão ser convidados para discutir as propostas e os critérios.

& **Quando?** Em abril, no dia da posse da nova diretoria.

& **Quem?** A Secretaria Executiva

& **Quanto?** Zero

#### **16. ESTIMULAR OS MUNICÍPIOS A DISPONIBILIZAREM ESPAÇO COM INFRAESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**

Identificar quais os material serão necessários para cada atividade de educação ambiental em função do projeto que foi estabelecido para cada município. Com o projeto buscar apoio nas Prefeituras Municipais. Estimular os Prefeitos nesses contatos para criarem estrutura organizacional voltada para o meio ambiente.

& **Como?** Ação política do Presidente do CBH-BT junto aos Prefeitos reforçando as ações como ações integradas as políticas do Comitê e em consonância com o Plano de Educação Ambiental do Comitê que a Prefeitura é parte.

& **Quando?** Continuamente

& **Quem?** A presidente do CBH-BT

& **Quanto?** Zero



## 17. ARTICULAR AS AÇÕES DO CBH-BT COM A EDUCAÇÃO FORMAL

Sem educação formal não é possível fazer chegar a educação ambiental.

& **Como?** Reunião com dirigentes regionais de Ensino de Araçatuba, Birigui e Andradina; ATPs de Geografia e Ciências, Alunos dos Cefans e Dirigentes de Ensino público e particular; instituição de ensino superior. Nesta mobilização é fundamental que a Prefeita, Presidente do Comitê esteja junto.

& **Quando?** Segundo semestre de 2003.

& **Quem?** A Presidente do CBH-B, Secretaria Executiva e Câmara Técnica de Educação Ambiental.

& **Quanto?** Nenhum

## 18. REALIZAÇÃO DE MAIS ENCONTROS ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

& **Como?** Estabelecer um calendário de forma a manter reuniões periódicas e a articulação necessária para as atividades de Educação Ambiental da Bacia.

& **Quando?** Primeiro semestre de 2003.

& **Quem?** A Câmara Técnica de Educação Ambiental e o Secretário Executiva

& **Quanto?** R\$ 5.000,00

## 19. CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA

O CBH-BT deve estimular e promover projetos para gerar mão-de-obra especializada em educação ambiental

& **Como?** Incentivando e/ou promovendo cursos de qualificação de profissionais na área ambiental

& **Quando?** Continuamente

& **Quem?** Câmara Técnica de Educação de Ambiental.

& **Quanto?** Não foi possível apurar custos

## 20. CAPACITAÇÃO PARA OPERADORES DE ATERROS, ETAs(ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA), ETES (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO).

& **Como?** Através de uma parceria do CBH-BT com a CETESB para realização de cursos.

& **Quando?** Continuamente

& **Quem?** CETESB e o CBH-BT

& **Quanto?** Não foi possível apurar custos

## 21. RESPEITAR AS DIFERENÇAS

Não é uma ação, é um princípio, um valor a ser incorporado por todos que estarão no âmbito do CBH-BT atuando na Educação Ambiental. Princípio que deverá estar sendo sempre lembrado.

## 22. RISCOS FÍSICOS; FORTALECER O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE PELOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES ESTADUAIS E FEDERAIS.

& **Como?** Encaminhamento ao Ministério Público Estadual e Federal de toda a documentação relativa aos atos do CBH-BT, propiciando assim uma maior

aproximação do Ministério Público com o CBH-BT. O Ministério Público deve ser informado das reuniões do Comitê, dando legitimidade às ações do Comitê. Devemos encaminhar nosso Plano de Ação do Comitê.

& **Quando?** Continuamente

& **Quem?** Presidente do CBH-BT

& **Quanto?** Zero

**23. O CBH-BT DEVE ALERTAR E ARTICULAR AÇÕES DE PREVENÇÃO SOBRE POTENCIAIS DE RISCO DE ACIDENTES COM RECURSOS HÍDRICOS.**

& **Como?** Detectar os pontos de riscos de acidentes ao longo das vias de transporte; comunicando as autoridades competentes, Ministério Público, Condec e Prefeituras Municipais

& **Quando?** É trabalho contínuo.

& **Quem?** Câmara Técnica de Recursos Naturais em parcerias com órgãos de fiscalização.

& **Quanto?** Zero

**24. PRIORIZAR PROJETOS QUE COMBATA A DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS; RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR, EROSÃO, ETC. – DENTRO DOS RECURSOS HÍDRICOS QUE SÃO MANANCIAIS, COMEÇAR COM AS NASCENTES E OS TRIBUTÁRIOS**

O reflorestamento de toda a Bacia é muito caro. É atividade que deve ser feita com continuidade. Quando as mudas eram plantadas para proprietário rural, ele tinha que dar manutenção e as mudas acabavam morrendo. Alguns projetos, como

o de reflorestamento, tem que ser licenciado. Deveríamos apoiar áreas que não tenha sido autuadas.

**Como?** Encaminhar para a Câmara de Recursos Naturais todas as propostas relacionadas aos Riscos Físicos que já corremos na Bacia.

**Quem?** A Secretaria Executiva

**Quando?** Abril

**Quanto?** Zero

## QUADRO I - PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>a própria existência do CBH-BT criado com legislação específica que reflete as peculiaridades da nossa região. Esse é um aspecto inovador. Sua estrutura tripartite cria possibilidade de articulação entre o poder público e a sociedade civil, num tema da complexidade como o dos recursos hídricos. O Comitê é um Parlamento das Águas na região.</p>	<p>falta um plano de educação ambiental para a Bacia que determine diretrizes para orientar projetos. Urgente se faz a criação de um plano de forma a não perder tudo que já foi feito.</p>
<p>a estrutura do CBH-BT é um ponto forte. O Comitê foi fundado com uma estrutura mínima de organização, formou núcleos de trabalho voltados à educação ambiental, através de legislação própria.</p>	<p>falta diagnóstico da Bacia, um levantamento de tudo o que está sendo feito e do que deve ser feito no território da Bacia. Mesmo tendo produzido o Relatório Zero, temos muito que avançar para conhecer a realidade da Bacia e, assim, estabelecer um Plano de Ação.</p>
<p>a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental é estrutura definida para esse fim e um aspecto extremamente positivo para a educação ambiental da região.</p>	<p>falta funcionamento do Banco de Dados de Turismo e Meio Ambiente, criado com recursos do Comitê e hoje pertencente a ALTI – Associação de Amigos do Lago Três Irmão, que não executa com eficiência e eficácia as produção e gestão das informações sobre a Bacia. Não funciona a contento.</p>
<p>as Câmaras Técnicas articuladas atuando para o fortalecimento do debate ambiental. A capacidade de avaliar os temas propostos correlacionados à área ambiental, analisar e aprovar projetos é ponto forte</p>	<p>falta de divulgação dos critérios na distribuição de recursos e dificuldade de avaliação dos projetos aprovados. A Prefeitura e as ONGs que participam do Comitê não passam para a sociedade a forma como funciona a distribuição de recursos. A população não tem acesso a essas informações como deveriam. A falta de um sistema eficiente de comunicação com a sociedade fazem com que as informações não cheguem até a população. O Comitê divulga e as Prefeituras não repassam as informações.</p>
<p>capacidade para construir e executar um plano compartilhado de educação ambiental.</p>	<p>a presença de rígidos critérios para o financiamento de projetos de educação ambiental afastam muitas iniciativas e acaba faltando financiamento para esses projetos</p>
<p>possui recursos financeiros próprios. Recursos que atraem os Prefeitos que começam a participar da problemática da Bacia e dos projetos propostos pelo Comitê</p>	<p>a aprovação de projetos fora do contexto global da bacia. A inexistência do Plano da Bacia, aliada a inúmeras barreiras para financiar projetos de educação ambiental faz com que sejam aprovados projetos fora do contexto da Bacia. Projetos de organizações que atuam fora do território da Bacia.</p>
<p>possuir critérios para a distribuição de recursos em seus projetos. É o único local, próximo dos municípios, onde existem recursos disponíveis para projetos, basta apresentá-los para serem submetidos aos critérios das Câmaras Técnicas. Há uma disposição para dar suporte às novas ações.</p>	<p>a aprovação de projetos com recursos do CBH-BT para municípios que não atuam em educação ambiental. O CBH-BT deveria vincular a aprovação de projetos e recursos somente para municípios que atuam preservando seus recursos, com consciência ambiental. Deveria haver uma vinculação, os critérios de aprovação de projetos deveriam forçar a atuação dos poderes públicos municipais a implantarem instrumentos de políticas públicas que levassem em conta a educação ambiental. Só receberiam recursos aqueles municípios comprometidos com a preservação dos recursos hídricos da Bacia.</p>
<p>o CBH-BT é um órgão aberto p/ receber propostas, porém, implementa critérios para acesso. É aberto mas existem critérios, o que é correto na visão dos participantes. Pessoa física não participa do Comitê, somente entidades, associações, prefeituras e órgãos do Estado</p>	<p>falta fiscalização do que se determina como prioridade. Estabelecemos prioridades e não cumprimos as prioridades dentro dos projetos, na hora da execução. Não temos critérios para verificar se o projeto é prioritário para o município a ponto de receber os recursos do</p>

	<p>Comitê. Temos dificuldade de conhecer as prioridades no contexto das realidades municipais. Financiamos o que o município pede e não o que precisa do ponto de vista das prioridades da Bacia. Essa é uma questão relacionada à determinação dos critérios. Rever os critérios de distribuição dos recursos, criar critérios de avaliação do projeto de forma mais ampla no contexto do município, fiscalizar a avaliação de prioridade dos projetos. No momento da aprovação do projeto não se percebe, às vezes, se existem outras intenções para o projeto. O projeto deve estar dentro da macro visão da Bacia.</p>
<p>a existência de critérios na distribuição dos recursos fez com que os investimentos do Comitê equacionassem o esgoto através de tratamento, a coleta seletiva de lixo, os aterros sanitários, etc. Todas ações estabelecidas como prioritárias para a preservação dos Recursos Hídricos da Bacia. O Comitê sempre teve critérios, portanto, os recursos vêm sendo distribuídos segundo esses critérios. É um fator positivo.</p>	<p>a não continuidade de implementação dos projetos de Educação Ambiental; a falta de prioridade que a Educação Ambiental teve dentro do CBH-BT. Há uma experiência com sucesso em Penápolis, mas, não contaminou toda a Bacia; faltou envolvimento dos municípios que fazem parte da Bacia.</p>
<p>a não interferência política dos Prefeitos na distribuição dos recursos. Os projetos quando são apresentados, passam pelas Câmaras Técnicas, se não forem viáveis, não serão aprovados. A primeira triagem a técnica. O organismo final que decide, a Assembléia, representa um conjunto das forças políticas, fórum maior do que apenas a interferência de um ou outro Prefeito, ou de um ou outro grupo político partidário.</p>	<p>visão muito técnica por parte dos membros do CBH-BT em suas ações. É necessário ter mais sensibilidade para convencer os técnicos que integram o Comitê, pois, não incorporam nas suas decisões sobre projetos a visão da Educação Ambiental. Os técnicos, por exemplo, não exigem que os municípios que captam recursos tenham legislações básicas, mínimas, de educação ambiental.</p>
<p>ter conseguido implantar o saneamento em todos os municípios da Bacia.</p>	<p>escassos encontros formais ou informais entre os membros que compõe o CBH-BRT.</p>
<p>pode ser um articulador de parcerias entre sociedade civil, prefeituras e órgãos estatais. A forma como está estruturado já facilita um trabalho de parceria criando uma rede de atuação. É potencial a ser aproveitado.</p>	<p>o trabalho independente que vem sendo feito sem o conhecimento de todos, sem divulgação, leva a uma desarticulação que inibe a visão global e proporciona a dispersão de esforços e recursos. É uma forma de atuação que ocorre principalmente pela falta de um Plano da Bacia.</p>
<p>estabelecimento da educação ambiental como prioridade; O fato do comitê ter estabelecido educação ambiental como prioridade é ponto forte, fortifica e vai trabalhando outras prioridades. Visão coloca na pauta do comitê a prioridade em educação ambiental.</p>	<p>o Comitê não tem tido habilidade para canalizar novos parceiros interessados em subsidiar a multiplicação das idéias de Educação Ambiental. Está faltando difusão. Mais parceiros para difundir o trabalho de educação ambiental. Inclusive captando recursos que vem sendo disponibilizados pela iniciativa privada através de ações de responsabilidade ambiental e social das empresas.</p>
<p>as experiências positivas foram mantidas pelo CBH-BT, essa manutenção da estrutura possibilitou que o trabalho na área ambiental, ainda que com recursos escassos se transformassem em experiências positivas.</p>	<p>O funcionamento das Câmaras Técnicas, motivo de controvérsias entre os participantes do Seminário, foi apontado como eficiente, porém, com pouca divulgação, por parte de uns. E, ineficiente, posto que "patinou", não atendendo as necessidades da Bacia, por parte de outros. Não houve consenso.</p>
<p>a realização do presente seminário abre espaço p/ a educação ambiental no CBH-BT. Abre a possibilidade de propor-se futuras ações coletivas para fomentar a discussão sobre o meio ambiente. Muitas pessoas envolvidas com a questão ambiental desconhecem os objetivos do Comitê e o seu potencial para trabalhar na região da Bacia Hidrográfica. A realização do seminário e a continuidade do projeto de educação ambiental, abre espaço para o próprio comitê na sociedade.</p>	<p>a divulgação das ações do CBH-BT são precárias, há uma lentidão na forma de distribuição das informações para a população. Os próprios membros do CBH-BT não participam da divulgação. Não são utilizados meios eletrônicos de transmissão de informações.</p>

<p>existência de potenciais profissionais na região voltados à área de educação ambiental, fazendo-se por necessário, contudo, sua capacitação pedagógica específica para o trabalho com a coletividade. A região tem um potencial de profissionais que precisam ser capacitados para o trabalho em educação ambiental. Falta preparo pedagógico, precisamos aproveitar o potencial existente e investir na capacitação desses profissionais.</p>	<p>não existe uma visão de marketing institucional. É preciso ampliar a divulgação do Comitê. É preciso ampliar o enfoque nas ações do CBH-BT para que a sociedade conheça.</p>
<p>a abundância de água de ótima qualidade existente na região é ponto forte. Qualidade e quantidade da água são importantes atributos de nossa Bacia</p>	<p>falta de comprometimento dos Prefeitos com a questão ambiental.</p>
<p>existência do Banco de Dados de Turismo e Educação Ambiental a existência do Banco com seus equipamentos e toda a estrutura montada com os recursos do Comitê são em um fato positivo. A operacionalização do Banco de dados não é considerado ponto forte, apenas a sua existência enquanto um potencial a ser definitivamente colocado a disposição dos objetivos que legitimaram a liberação dos recursos.</p>	<p>O CBH-BT não utiliza seu poder para cobrar, das Prefeituras que compõem a Bacia, a elaboração de uma legislação básica de Política Urbana, tais como, Lei de uso e ocupação do solo e Plano Diretor que ordenaria o crescimento dos municípios. O CBH-BT tem legitimidade para essa cobrança e não se utilizar dos mecanismos que tem na distribuição dos recursos, forçando a atuação das Prefeituras em questões fundamentais que garantiriam um crescimento sustentável das cidades da Bacia.</p>
<p>possuir atividades desenvolvidas de forma independente. Cada um realiza pode realizar seu trabalho de forma independente, sem que se criem barreiras e limitação. Falta um trabalho compartilhado, porém, essa autonomia foi avaliado por todos como responsável por uma dinâmica que caracteriza as ações do Comitê.</p> <p>existência de um núcleo regional de educação ambiental que vem funcionando de forma a tender os objetivos de sua criação. É fato que tem dado visibilidade para o trabalho de educação ambiental. Penápolis é o único município que dispõe, nos moldes da Legislação Estadual, um Núcleo de Educação Ambiental ligado ao CEAM – Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado. O CEA - Centro de Educação Ambiental é modelo para a Bacia.</p>	<p>o desinteresse dos membros da sociedade civil e das prefeituras pelo Comitê. Não há comprometimento dos Prefeitos com Educação Ambiental e os membros que compõe as organizações da sociedade civil com representação no Comitê não se inteiram do que trata o Comitê, como funciona, como distribui verbas, etc. Esses dois setores constitui junto com os órgãos de Estado o poder político do Comitê. A sociedade da Bacia não está comprometida e nem sequer informada com relação as questões de educação ambiental.</p>
<p>ação do Comitê tem estimulado a criação de COMDEMAS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento do Meio Ambiente). O Comitê da Bacia levou uma preocupação às prefeituras que criaram órgãos para cuidar do meio ambiente.</p>	<p>inexistência de Núcleos de Educação Ambiental em todos os municípios da Bacia. Não conseguimos fazer a articulação e a sensibilização da sociedade para implantar núcleos regionais de Educação Ambiental. Um núcleo necessita da articulação de vários municípios, além da sensibilização de toda comunidade envolvida no projeto. Se não houver envolvimento comunitário, não há núcleo. Falta de articulação regional para a criação de núcleos de educação ambiental. Há uma experiência de sucesso em Penápolis, mas, ela não contaminou toda a Bacia.</p>
<p>o CBH -BT tem estimulado e ressaltado a importância de estruturas organizacionais nas Prefeituras Municipais voltadas para os temas do meio ambiente, órgãos executores da política municipal de meio ambiente.</p>	<p>Um tema ficou controverso: a existência de uma submissão dos membros do Condema os interesses dos governos locais. Uma falta de capacidade para agir. É positiva a criação dos Condemas, eles não existem em todos os municípios da Bacia e precisam ser estimulados, porém, precisam ter independência, atuam apenas como órgãos consultivos e não deliberativos e com isto não conseguem interferir na decisão das questões ambientais dos municípios. Independente dessa “submissão” foi entendido que é positiva a criação desses conselhos. E negativa a falta de capacidade que têm apresentado quando estão operando. Com falta de articulação política para interferir nas decisões ambientais importantes.</p>
<p>o CBH – BT abriu espaço para a criação e estimulou as ações das várias ONGs ambientais na Bacia. O Comitê da Bacia estimulou a ampliação desse tipo de organização.</p>	<p>a falta de qualificação técnica dos servidores municipais que atuam nas área operacionais de aterros sanitários e captação de lixo, tratamento de água e esgoto no território da Bacia. ;A</p>

	qualificação técnica dos servidores da área operacional de aterros e captação de lixo, água e esgoto dos municípios da bacia.
há um reconhecimento da atuação e da força do Comitê nas questões ambientais. É um consenso daqueles que conhecem e o CBH- BT do poder de sua atuação e da sua força nas ações.	a proliferação indiscriminada de ranchos nas margens dos rios e lagos comprometendo a qualidade ambiental. Esses loteamentos carecem de fiscalização na sua implantação quando forem feitos às margens dos rios. Os municípios precisam disciplinar essa ocupação com urgência, daí a necessidade de legislação municipal sobre o uso do solo, leis de loteamento, planos diretores, etc.
	existência de grandes áreas desmatadas em função das inundações.
	não trabalhar o produtor rural para o desenvolvimento sustentável. Falta visão de desenvolvimento sustentável do trabalhador rural que mora na Bacia e nós não temos projetos nessa área.
	inexistência de mata ciliar em decorrência de incêndios.



## QUADRO II - RISCOS E OPORTUNIDADES

RISCOS	OPORTUNIDADES
falta de vontade política por parte da sociedade civil e do poder público. Não sermos capazes de mobilizar a vontade política	solidificação do Parlamento das Águas com a articulação de todos os órgãos de Estado, Prefeituras e Sociedade Civil, criando habilidade em conduzir o Comitê com a participação de todos os setores que interferem na questão ambiental e de recursos hídricos.
esquecimento dos objetivos traçados no planejamento. Planejar e não ter capacidade de viabilizar. Este grupo precisa manter contato com as Câmaras Técnicas no CBH-BT cobrar os objetivos traçados.	o CBH -BT pode ser um articulador de parcerias. O Comitê tem um grande potencial como órgão articulador.
não estruturação da educação ambiental como prioridade. Discutir e não colocar a Educação Ambiental como prioridade.	ampliar a participação da sociedade como um todo, tanto no planejamento quanto nas atividades do Comitê. Atualmente a participação tem ficado muito concentrada nos municípios de Penápolis, Araçatuba e Birigui. Devemos ampliar a participação dos demais municípios, porém, essa participação é também espaço conquistado por articulação dos próprios municípios. Penápolis consegue muita representação porque participa!
ocorrência de acidentes no transporte ferroviário que transporta produtos químicos, prejudicando os recursos hídricos e os mananciais da Bacia.	nova visão do CBH-BT, mantendo os recursos hídricos, consolidada através de Seminários, Cursos, Palestras e outras atividades onde as propostas para a Bacia possam ser propagadas.
degradação dos recursos hídricos, devido à desocupação desordenada. Existe risco da qualidade ser deteriorada.	momento para o chamamento da sociedade a fim de discutir as ações da Bacia de forma a fazer um balanço do que já foi implantado, direcionando as ações para evitar erros futuros.
intensificação dos processos erosivos tanto na zona urbana, como rural, comprometendo a qualidade das águas.	mobilizar as vontades políticas da comunidade, do poder público, e da sociedade civil nos municípios, a fim de estimulá-los a elaborar seus planos diretores, seus planos de uso e ocupação do solo e de proteção ambiental.
supressão do que resta da mata ciliar. Será preciso reflorestar e recuperar o que restou, coibindo a ocupação desordenada.	chamamento da sociedade para a apresentação de tecnologias e inventos destinados a melhorar o uso de recursos hídricos. Comitê deve favorecer essas tecnologias, alternativas.
esvaziamento do Comitê em razão da rigidez na distribuição de recursos. A mobilização dos três setores da sociedade, que compõe o Comitê precisam estabelecer critérios de convivência. Deve ser criterioso, mas, não pode ser rígido a ponto de ser excluyente.	os membros do Comitê serem agentes multiplicadores de ações de preservação ambiental, capazes de conscientizar a todos sobre a importância de se manter a qualidade ambiental da Bacia.
ocupação indiscriminada dos grandes lagos, comprometendo os mananciais. A ocupação inadequada das margens dos Lagos para fins urbanos, comprometendo os mananciais. A ocupação precisa seguir um ritmo ordenado, com respeito às legislações que regulamentam a ocupação, onde ricos e pobres possam usufruir, pois, o lazer é para todos. A ocupação ilegal e irracional coloca em risco toda a Bacia.	comprometimento dos participantes do seminário, representantes dos diversos municípios, apoiando os trabalhos do CBH-BT no que diz respeito a Educação Ambiental.
conflito da utilização da água entre irrigação de uso múltiplo e uso público. 70% do uso da água é para irrigação.	plano da Bacia eficiente elaborado a partir do Relatório Zero.

falta de energia elétrica provocada pelo "secção", nome correto do "apagão", faltar energia elétrica porque faltou água.	traçar propostas para minimizar e superar os riscos
continuar sem a coordenação das ações dos vários órgãos.	estabelecer, de forma oficial, parâmetros para o trabalho em educação ambiental do CBH-BT.
plano de educação ambiental realizado sem critérios ou flexibilizar demais os critérios. Os dois extremos trazem risco, se flexibilizar demais ou se for rígido demais.	aproveitar a força e a penetração que o CBH-BT tem hoje dentro do Estado e da região abrindo espaços para a educação ambiental.
caso não se realize o plano da bacia, o comitê será apenas um órgão distribuidor de recursos.	prevenir o agravamento da situação dos recursos hídricos através da educação ambiental
	Resgatar os valores humanos através da educação ambiental, colocando o ser humano como parte do meio ambiente.
	utilizar a Bacia de forma sustentável, tanto economicamente quanto no que toca ao lazer.
	intercâmbio com outros grupos de ação de outras Bacias. Promover, de forma permanente, a inter-relação dos municípios em troca de experiências e informações. Organizar fóruns, encontros, seminários, etc. Criar uma Rede com os outros Comitês que estão atuando e enfrentando problemas semelhantes aos nossos.
	tornar-se uma região receptora de investimentos, pela disponibilidade de recursos abundantes e de boa qualidade.
	desenvolvimento da aqüicultura aproveitando o enorme potencial da região, porém, atentando para os cuidados necessários que a atividade exige.
	turismo baseado na quantidade e na qualidade da água e do ambiente na região.
	hidrovia como uma das grande riquezas da região, capaz de propiciar um transporte barato.
	capacidade de gerar energia através de termo-elétricas.

**QUADRO III - RELAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS POR RESPONSÁVEIS**

<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
<b>PRESIDÊNCIA</b>	COBRAR DO <b>DAEE</b> A AGILIZAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO SIG .	<b>ABRIL</b>
	ATUAR DE FORMA A GARANTIR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DAS SECRETARIAS DE ESTADO NAS AÇÕES DO CBH-BT. COMO SUGESTÃO FICOU A DE SE APROVEITAR REUNIÕES REGIONAIS, COMO O FORUM DE DESENVOLVIMENTO A SER REALIZADO EM ARAÇATUBA, PARA COLOCAR A NECESSIDADE DESTA MAIOR PARTICIPAÇÃO	<b>CONTINUO</b>
	DESENVOLVER AÇÃO, DE CARÁTER POLÍTICO, DE FORMA A ESTIMULAR OS PREFEITOS A DISPONIBILIZAREM ESPAÇO FÍSICO E INFRAESTRUTURA DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SEUS MUNICÍPIOS.	<b>CONTINUO</b>
	ATUAR DE FORMA A PROPICIAR UMA MAIOR APROXIMAÇÃO DO CBH-BT COM O MINISTÉRIO PÚBLICO (estadual e federal) ATRAVEZ DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA BACIA DO BAIXO TIETÊ COM O OBJETIVO DE FORTALECER O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE.	<b>CONTINUO</b>
<b>SECRETARIA EXECUTIVA</b>	CRIAR, IMEDIATAMENTE, UMA COMISSÃO TRIPARTITE – MUNICIPIOS, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL, PARA DEFINIR FORMAS E CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DA BACIA DO BAIXO TIETÊ. ESTA COMISSÃO DEVERÁ SER CONSTITUÍDA POR ATO DA PRESIDENCIA.	<b>PRIMEIRA QUINZENA DE ABRIL</b>
	A COMISSÃO CONSTITUÍDA PELA PRESIDENCIA DEVERÁ CRIAR CONDIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO <b>CBH-BT</b> , NO QUE SE REFERE ÀS CONDIÇÕES DOS RECURSOS HÍDRICOS, POR EQUIPES ESPECIALIZADAS	<b>QUANDO DO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO DA BACIA</b>
	ORGANIZAR COMISSÃO DE MEMBROS DO CBH-BT PARA VISITAR O BANCO DE DADOS DE TURISMO (projeto financiado pelo FEHIDRO para o tomador – ALTI) PARA CONHECER O PROJETO E CONFERIR SUA SITUAÇÃO QUANTO AOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS E A DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.	<b>ABRIL</b>

<b>SECRETARIA EXECUTIVA</b>	O CBH-BT DE VERÁ CAPACITAR UM REPRESENTANTE DE CADA MUNICÍPIO PARA REPRODUZIR, ATRAVÉS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SEU MUNICÍPIO, AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA.	<b>ABRIL</b>
	ORGANIZAR CAMPANHA INFORMATIVA, UTILIZANDO O RADIO, SOBRE O USO RACIONAL DA ÁGUA.	
	ORGANIZAR SEMINÁRIO COM PARTICIPAÇÃO DOS OUTROS COMITES DE BACIAS PARA A APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COMO FORMA DE GARANTIR UM MAIOR INTTERCAMBIO.	<b>SEGUNDO SEMESTRE DE 2003</b>
	PROMOVER UMA REUNIÃO ENTRE OS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS DA CAMARA TÉCNICA DE TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS PELO FEHIDRO QUE CONTEMPLAM UM AUMENTO DO PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS NA AREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRIORIZE OS PROJETOS VOLTADOS PARA OS OBJETIVOS TRAÇADOS NESTE PLANO	<b>ABRIL</b>
	REALIZAR CAMPANHA INSTITUCIONAL PARA DIVULGAÇÃO DO CBH-BT A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO DE MEIOS E CUSTOS A SER FEITO PELA SECRETARIA EXECUTIVA E POSTERIORMENTE PASSAR À CAMARA TÉCNICA DE TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA IMPLEMENTAR. A CAMPANHA DEVE TER COMO OBJETIVO “ <i>mostrar para todo mundo, quem somos e para que viemos</i> ” E AINDA DIVULGAR AS AÇÕES DO CBH-BT E PROPOR NOVOS PROGRAMAS. ESTA CAMPANHA DEVERÁ AINDA SENSIBILIZAR AS FORÇAS POLÍTICAS EXISTENTES NA BACIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMITE DE BACIA E DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DE UMA FORMA GERAL.	<b>ABRIL</b>
	ENCAMINHAR À CAMARA TÉCNICA DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS A NECESSIDADE DE SE PRIORIZAR PROJETOS QUE OBJETIVEM O COMBATE À DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS;; RECOMPOZIÇÃO DE MATS CILIARES; COMBATE À EROSIÃO, OBSERVANDO OS SEGUINTE CRITÉRIOS: " PRIORIZAR, QUANTO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AQUELES QUE SEJAM MANACIAIS DE ABASTECIMENTO E ENTRE ELES COMEÇAR AS AÇÕES QUE ENVOLVAM AS SUAS NASCENTES E/OU TRIBUTÁRIOS; " QUE ÁREA ENVOLVIDA NO PROJETO NÃO TENHA SIDO AUTUADA.	<b>ABRIL</b>
	APRESENTAR O PRESENTE PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A ASSEMBLÉIA DO COMITÊ DA BACIA PARA SUA APRECIÇÃO, APROVAÇÃO E POSTERIOR PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE FORMA A SE CONHECER AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE DEVEM SER IMPLEMENTADAS PELO CBH-BT E QUAL O ENVOLVIMENTOS DOS MUNICIPIOS E SOCIEDADE CIVIL.	<b>ABRIL</b>

<b>CAMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO</b>	PLANEJAR UM ENCONTRO PARA PREFEITOS E VEREADORES COM OBJETIVO DE ORIENTÁ-LOS QUANTO A NECESSIDADE DE SE ESTABELECEM UM PLANO DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS AO LONGO DA ORLA DOS GRANDES LAGOS DA BACIA, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS QUE GARANTAM UMA OCUPAÇÃO RACIONAL E QUE PRESERVE OS RECURSOS NATURAIS.	
<b>CAMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS</b>	DAR INICIO, DE FORMA PLANEJADA, AO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE PROTOCOLO ÚNICO DE OUTORGAS E LICENÇAS PARA A BACIA000000000	<b>INICIAR COM A NOVA CAMARA TÉCNICA</b>
<b>CAMARA TÉCNICA DE PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS</b>	DETECTAR OS PONTOS DE RISCOS DE ACIDENTES QUE ENVOLVAM OS RECURSOS HÍDRICOS, EM ESPECIAL OS MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO, AO LONGO DAS VIAS DE TRANSPORTES (hidro – rodo – ferroviario) ENCAMINHANDO ESTE RELATÓRIO PARA OS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS, CONDECS, ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPRENSA , COMO FORMA DE PREVINIR SOBRE FUTUROS ACIDENTES.	<b>DE FORMA CONTINUA A PARTIR DA FORMAÇÃO DA NOVA CAMARA TÉCNICA</b>
<b>CAMARA TÉCNICA DE TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	ELABORAR UMA PROPOSTA QUE CONTEMPLE OS NOVOS CRITÉRIOS (ver ação ) PARA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FEHIDRO E A APRESENTE À CAMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	<b>PRIMEIRA QUINZENA DE ABRIL</b>
	VIABILIZAR, EM CONJUNTO COM A PRESIDENCIA E A SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ UMA REUNIÃO COM OS DIRIGENTES REGIONAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO ( Andradina, Birigui e Araçatuba); AS ATPs DAS ÁREAS DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS; OS SECRETARIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DOS 42 MUNICIPIOS DA BACIA; OS DIRIGENTES DE ESCOLAS PARTICULARES E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR QUE ATUAM NA BACIA. O OBJETIVO DE TAL ENCONTRO É O DE CONSEGUIR UMA MAIOR ARTICULAÇÃO DO COMITE COM A EDUCAÇÃO FORMAL NO QUE SE REFERE ÀS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	<b>SEGUNDO SEMESTRE DE 2003</b>
	ESTABELECEM UM CALENDÁRIO PERMANENTE DE ENCONTROS ENTRE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE ATUAM NA BACIA COM OBJETIVO DE REVER O PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS.	<b>PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003</b>

<b>CAMARA TÉCNICA DE TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	INCENTIVAR OU REALIZAR CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA AMBIENTAL .	<b>CONTINUO</b>
	CAPACITAR OS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL DO CBH-BT PARA QUE OS MESMOS REPRODUZAM AS INFORMAÇÕES JUNTO ÀS ENTIDADES QUE REPRESENTAM	<b>JUNHO DE 2003</b>
	PROPOR DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS QUE OBJETIVEM A SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE QUANTO AS QUESTOES DOS RECURSOS NATURAIS E AO CBH-BT	<b>JUNHO DE 2003</b>
<b>CETESB</b>	EM PARCERIA COM O CBH-BT E A ABES REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA PESSOAL OPERADOR DE ATERROS SANITÁRIOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E OUTROS.	<b>CONTINUO</b>

### Carta de Belgrado

---

"Nossa geração tem testemunhado um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também serias conseqüências ambientais e sociais. As desigualdade entre pobres e ricos nos países, e entre países, estão crescendo e há evidências de crescente deterioração do ambiente físico num escala mundial. Essas condições, embora primariamente causadas por número pequeno de países, afetam toda humanidade.

A recente Declaração das Nações Unidas para uma Nova Ordem Econômica Internacional atenta para um novo conceito de desenvolvimento – o que leva em conta a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra, pluralismo de sociedades e do balanço e harmonia entre humanidade e meio ambiente. O que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação. Não é mais aceitável lidar com esses problemas cruciais de uma forma fragmentária.

É absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistam a favor de medidas que darão suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas; que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente. É necessário encontrar meios de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra nação, e que nenhum indivíduo aumente o seu consumo às custas da diminuição do consumo dos outros.

Os recursos do mundo deveriam ser utilizados de um modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumenta da qualidade de vida.

Nós necessitamos de uma nova ética global – um ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos. Mudanças significativas devem ocorre em todas as nações do mundo para assegurar o tipo de desenvolvimento racional que será orientado por esta nova idéia global – mudanças que serão direcionadas para uma distribuição eqüitativa dos recursos da Terra e atender mais às necessidades dos povos.

Este novo tipo de desenvolvimento também deverá requerer a redução máxima dos efeitos danosos ao meio ambiente, a reutilização de materiais e a concepção de tecnologias que permitam que tais objetivos sejam alcançados. Acima de tudo. Deverá assegurar a paz através da coexistência e cooperação entre as nações com diferentes sistemas sociais.

A redução dos orçamentos militares e da competição na fabricação de armas poderá significar um ganho substancial de recursos para as necessidades humanas.

O desarmamento deveria ser o objetivo final.

Estas novas abordagens para o desenvolvimento e a melhoria do meio ambiente exigem reordenações das prioridades regionais e a nacionais. As políticas de maximização de crescimento econômico, que não consideram suas conseqüências na sociedade e nos recursos disponíveis para a melhoria da qualidade de vida, precisam ser questionadas.

Antes que essas mudanças de prioridades sejam atingidas, milhões de indivíduos deverão ajustar as suas próprias prioridades e assumir uma ética global individualizada, refletindo no seu comportamento o compromisso para melhoria da Qualidade do meio ambiente e da vida de todas as pessoas.

A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial. Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento e podem melhorar as condições do mundo, mas tudo isso se constituía em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade entre o sistema educacional e a sociedade.

A Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano nomeia o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental do mundo. Esta nova Educação Ambiental deve ser baseada e fortemente relacionada aos princípios básicos delineados na Declaração das Nações Unidas na Nova Ordem Econômica Mundial.

É dentro desse que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras."

*Carta elaborada ao final do encontro realizado em Belgrado, Iugoslávia, em 1975, promovido pela UNESCO, conhecido como Encontro de Belgrado, este documento continua sendo um marco conceitual no tratamento das questões ambientais.*



## **Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Rio 92**

---

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação.

Nós, signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

### **Introdução**

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria.

Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

### **Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve Ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É uma ato político.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem se abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma visão do história dos povos nativos par modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngüe.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder da diversas populações, promovendo oportunidades para as mudança democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e do diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modo de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimentos com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminado informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

## Plano de Ação

As organizações que assinam este Tratados se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratados e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio-92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.
2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboram os demais tratados aprovados durante a Rio-92.
3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.
4. Trabalha os princípios deste Tratado a partir as realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.
5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias.
6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.
7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições história.
8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.
9. Promover a co-responsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.
10. Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e consumidores e de redes de comercialização ecologicamente responsáveis.
11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.
12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir que os governos destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.
13. Promover relações de parceria e cooperação entre as ONGs e movimentos sociais movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO, entre outras), em nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecer em conjunto as prioridades de ação para a educação e meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados)
15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados por comunidades locais.
16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossa próprias práticas.
17. Buscar alternativas de produção autogestionária apropriadas econômicas e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.
18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.
19. Mobilizar instituições formais e não-formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.
20. Fortalecer as organizações movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.
21. Assegurar que os grupos de ecologista popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.
22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

### **Sistemas de Coordenação Monitoramento e Avaliação**

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, através de campanhas individuais e coletivas promovidas por ONGs, movimentos sociais e outros.
2. Estimular e criar organizações, grupos de ONGs e movimentos sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.
3. Produzir materiais de divulgação deste Tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, feiras de criatividade popular, correio eletrônico e outros.
4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.
5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.
6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.
8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever suas estratégias e seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

### **Grupos a serem envolvidos**

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais – ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.
2. ONGs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.
3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.
7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.
8. Empresários comprometidos em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida humana.
9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

### **Recursos**

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem a:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhora do ambiente de vida.
2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de educação ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de ONGs e movimentos sociais.
3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem e aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental para o treinamento de pessoal e para a comunidade em geral.

4. Incentivar as agências financiadoras e alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental; além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.
5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das ONGs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado, que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

**Março / Abril de 2003**

**MÉTHODOS** – Consultoria e Projetos SC Ltda  
Penápolis - SP